

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E
SUBJETIVIDADE

MARCELA MARABELI DE MORAES

UM OLHAR A PARTIR DE ATOS DE FALA DO ROMANCE *VIDAS SECAS*

PONTA GROSSA
2015

MARCELA MARABELI DE MORAES

UM OLHAR A PARTIR DE ATOS DE FALA DO ROMANCE *VIDAS SECAS*

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Linguagem,
Identidade e Subjetividade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Djane Antonucci Correa.

PONTA GROSSA
2015

MARCELA MARABELI DE MORAES

UM OLHAR A PARTIR DE ATOS DE FALA DO ROMANCE *VIDAS SECAS*

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 13 de março de 2015.

Prof^a. Dr^a Djane Antonucci Correa
Doutora em Letras
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Claudia Maris Tullio
Doutora em Estudos da Linguagem
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof^a Dr^a Maria Isabel Borges
Doutora em Linguística
Universidade Estadual de Londrina

Dedico aos meus pais, Maria Lúcia e Marcos.

AGRADECIMENTOS

A DEUS.

À Profª Djane Antonucci Correa, pela contribuição de seus conhecimentos e sugestões na orientação desta dissertação.

Aos meus pais, Maria Lúcia e Marcos, pelo apoio e incentivo durante o desenvolvimento deste estudo.

Ao meu noivo, Roberto Pagano de Oliveira, pelo companheirismo e pelas palavras carinhosas, as quais serviram de conforto durante o processo de pesquisa e escrita deste trabalho.

Às amigas de longa data e as que foram adquiridas durante o curso.

À fundação CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior por possibilitar esse estudo.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê” (Arthur Schopenhauer).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral refletir sobre alguns aspectos de política linguística que podem permear os atos de fala (Armengaud, 2006; Melo, 2014; Ottoni, 1998; Pinto, 2006, 2014) do romance *Vidas secas* (Candido, 2012; Moraes, 2012) de Graciliano Ramos, a fim de aprimorar abordagens que se referem à política linguística (Correa, 2014; Rajagopalan, 2013, 2014) e agenciamentos (Asad, 2000; Ahearn, 2000) a partir de uma proposta de estudo de um clássico da literatura nacional. Como hipótese do trabalho, compreendemos que, na medida em que os personagens descobrem a linguagem no decorrer da narrativa, nós como leitores e pesquisadores da obra (re)descobrimos outras reflexões linguísticas, as quais são reiteradas pelos atos de fala da família de retirantes. Para desenvolver essa ideia, os procedimentos metodológicos intercalam pesquisa teórica e análise da referida obra, a qual caracteriza o *corpus* do trabalho. Nesse sentido, a pesquisa se divide em três eixos: política linguística, atos de fala e o texto literário em questão, os quais são interligados por meio dos objetivos específicos: a) discutir os conceitos de política e políticas linguísticas; b) investigar possíveis traços de política linguística na escrita literária de Graciliano Ramos; c) conhecer a identidade política do autor; d) Defender a ideia de que *Vidas secas* corresponde a um romance sobre a descoberta da linguagem; e) pensar sobre os atos de fala e a função política deles nessa narrativa; f) definir os personagens como agentes sociais e suas práticas como agenciamentos. Como resultados da pesquisa, compreendemos que a “linguagem tem, em acréscimo a tudo que se acredita que ela tem, uma dimensão política” (RAJAGOPALAN, 2014) em uma perspectiva emancipatória ou não. Dessa forma, vemos Fabiano, Sinhá Vitória, Menino mais velho e Menino mais novo como agentes linguísticos, gestores de agenciamentos sustentados na reflexão crítica, sobretudo, em relação ao poder e ao discurso hegemônico, tornando-os agentes em processo de civilização, essencialmente, pela capacidade de autoconhecimento e conhecimento social deles. Ressaltamos que o presente estudo faz parte dos trabalhos do Programa de Mestrado em *Linguagem, Identidade e Subjetividade* da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Palavras-chave: Política linguística. Pragmática. Graciliano Ramos. *Vidas secas*.

ABSTRACT

This thesis has the general objective to reflect about some aspects of the language policy that permeates the speech acts (Armengaud, 2006; Melo, 2014; Ottoni, 1998; Pinto, 2006, 2014) of the novel *Vidas secas* (Candido, 2012; Moraes, 2012) written by Graciliano Ramos, in order to improve the approaches which refers to language policy (Correa, 2014; Rajagopalan, 2013, 2014) and agencies (Asad, 2000; Ahearn, 2000) from one study proposal of one classic book of the national literature. As the hypothesis of this work, we comprehend that, as the characters discover the language during the narrative, we, as readers and researchers of the work, (re)discover other linguistics resolutions, which are reiterated by the speech acts of the migrants family. To develop this idea, the methodological procedures interleave theoretical research and the analysis of the related work, which features the *corpus* of this work. In this sense, the research is divided in three axis: linguistics policies, speech acts and the literary text in question, which are interconnected by the mean of specific objectives: a) discuss the concepts of policy and linguistics politics; b) investigate possible traces of linguistics policy in the literary writing of Graciliano Ramos; c) know the author's political identity; d) Defend the idea that *Vidas secas* corresponds to one novel about the language discovery; e) think about the speech acts and the political function of them in this narrative; f) define the characters as social agents and their practice as agencies. As the research results, we comprehend that the "language has, in addition to everything that is believed that it has, one political dimension" (RAJAGOPALAN, 2014) in an emancipatory research or not. This way, we see Fabiano, Sinhá Vitória, Menino mais velho e Menino mais novo as linguistics agents, managers of agencies supported in the critical resolution, especially, related to the power and the hegemonic speech, turning them into agents in civilization process, essentially, by the capacity of auto knowledge and social knowledge of them. We emphasize that the present study is a part of the Works for the Ponta Grossa State University Master Program in *Language, Identity and Subjectivity*.

Keywords: Linguistics policy. Speech acts. Graciliano Ramos. *Vidas secas*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
1.1 Objetivo geral:	11
1.2 Objetivos específicos:	11
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3. POLÍTICA E A TENTATIVA DE DEFINIÇÃO DE UM POSSÍVEL CONCEITO	19
3.1 Política e políticas linguísticas: olhares abstratos e concretos	22
3.2 A presença do agente e do agenciamento	31
3.3 Agenciamentos e atos de fala: uma questão de linguagem.....	39
4. UMA IDENTIDADE POLÍTICA: GRACILIANO RAMOS	46
4.1 A (re)descoberta dos clássicos de Graciliano Ramos: um diálogo com a política linguística.....	56
4.2 Os agenciamentos que dialogam em <i>Vidas secas</i>	63
5. VIDAS SECAS E UM OLHAR SOBRE OS ATOS DE FALA	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Sabemos que não há como separar as questões de agenciamento dos atos de fala, sobretudo, pelo fato de que todo agente linguístico é constituído por um arsenal de ideias, culturas e linguagens, as quais são (re)moldadas no intercâmbio social, evidenciando “the human capacity to act”¹ (AHEARN, 2000, p.12).

Nessa perspectiva, o agenciamento desmembrado no trabalho em questão se comporta como uma atividade nutrida pelas dissemelhanças de sentidos que não se limitam ao viés político, envolvendo a maioria das esferas que perpassa a condução da vida em sociedade. Dotados dessa consciência, propomos um estudo comprometido com reflexões que considerem, essencialmente, as sensibilidades e as virtudes do agente de política linguística em relação à linguagem, à política e à sociedade sem deixar à margem a criticidade atuante nos atos de fala.

A fim de aprimorar essa discussão, selecionamos como *corpus* do trabalho um texto literário: *Vidas secas* de Graciliano Ramos, romance este que permite compreendê-lo como um “importante documentário sobre o drama vivido pelo nordestino habitante do campo, a verdadeira e desmitificada realidade socioeconômica do homem brasileiro do interior” (NETO, 2006, p.78). Além disso, Graciliano emerge nessa literatura o retrato das formas de agenciamento dos personagens Fabiano, Sinhá Vitória, Menino mais novo e Menino mais velho por meio dos atos de fala deles, ressaltando a condição do oprimido, bem como, a postura reflexiva desses agentes.

Os objetivos² para o desenvolvimento desta pesquisa operam, sobretudo, na ação de endossar a hipótese que norteia o estudo, a qual compreende que, na medida em que os personagens descobrem a linguagem no decorrer da narrativa, nós como leitores e pesquisadores da obra (re)descobrimos outras reflexões linguísticas, as quais são reiteradas pelos atos de fala da família de retirantes. Para isso, dividimos o trabalho proposto em três eixos: política linguística, atos de fala e *Vidas secas*, os quais serão apurados, de forma articulada, por meio dos objetivos específicos da pesquisa.

No primeiro momento do estudo, no que corresponde à política linguística, preocupamo-nos em delinear as definições norteadoras do trabalho, sem o propósito de impor conceitos inertes, tampouco, hegemônicos, mas princípios que possibilitem

¹ “A capacidade humana de agir” (Tradução nossa).

² Enfatizamos que não desconsideramos a importância de trazer para discussão questões relacionadas à autoria. Entretanto, neste momento, o trabalho se detém a atender os objetivos propostos.

noções de sentidos autônomos, além de coesos e coerentes com a situação dada. Além disso, procuramos expor propostas que repensem sobre os agentes e os agenciamentos sociolinguísticos, a fim de evidenciar a criticidade e a emancipação deles, por conseguinte, a relevância da linguagem como suporte principal.

Procuramos estabelecer, portanto, a relação entre os agenciamentos e os atos de fala numa perspectiva crítica, com o intuito de aprimorar a ausência de neutralidade linguística, a atuação das escolhas e das representações, das intenções comunicativas do agente e do contexto no qual ele está inserido, trazendo à superfície que todo ato de fala gera uma ação (AUSTIN³, 1962), a qual a política linguística percorre.

No segundo momento da pesquisa, focalizamos em *Vidas secas* e nas nuances de Graciliano Ramos no que corresponde à postura crítica dele em relação, primordialmente, à linguagem, evidenciando algumas das suas principais publicações como *Infância* (1981), *Memórias do cárcere* (2011) e *Vidas secas* (2011), que caracteriza o *corpus* do nosso estudo, a fim de ressaltar a tenuidade presente na relação entre Graciliano como escritor, os personagens dos romances e as narrativas conjuntadas pelos dois primeiros.

Além disso, neste eixo da discussão ainda voltado à política linguística, procuramos refletir sobre as ações engajadas de Graciliano, sem nos restringirmos ao olhar político, no que corresponde à função da escola, especificamente, da aprendizagem na formação do agente de política linguística, assim como a importância da revisão gramatical para a vida em sociedade, a escrita literária como documento de denúncia social, entre outros. Dessa forma, direcionamos, na sequência, os estudos ao texto de *Vidas secas* para pensarmos sobre os agenciamentos sociolinguísticos que dialogam nesta narrativa, caracterizando-o como um romance da descoberta da linguagem, e não, da descrição da seca nordestina.

Desenvolvemos, em paralelo, reflexões que endossam o processo de civilização pelo qual os personagens passam ao longo do romance, a fim de compreendê-los como agentes de política linguística, e não, sujeitos, dentre outras razões, devido à criticidade e às práticas que os configuram. No terceiro momento do trabalho, articulamos, de forma mais pontual, as discussões sobre os agenciamentos e os atos de fala através do

³ “Austin foi um filósofo da linguagem, um dos responsáveis pela Virada Linguística na década de 1960, defendendo que o significado das palavras dependia do seu uso. Preocupado com uma filosofia do senso comum, uma filosofia da linguagem ordinária, apresentou, de forma bastante polêmica, os atos de fala na obra *How to do things with words* (1962), conceito este difundido de forma bem mais ‘comportada’ pelo seu ex-aluno, John Searle”. (MELO, 2014, p.84).

estudo de dois trechos de *Vidas secas*, a fim de propor um diálogo entre a fundamentação teórica e o *corpus* do trabalho num processo analítico, bem como reafirmar a hipótese de pesquisa e a justificativa.

Esta dissertação de mestrado é justificada pela ideia de que toda manifestação linguística se comporta como um veículo pelo qual os agentes almejam a sua completude com o intuito de construir uma história, por conseguinte, expor e apurar as identidades e as subjetividades por meio da sua linguagem, a qual lhe representa, uma vez que “só os atos nos evidenciam, e surpreendemo-nos, quando menos esperamos, fazendo coisas e dizendo palavras que nos horrorizam” (RAMOS, 2011, p.60).

Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos como fundamentação teórica pelos estudos de Armengaud (2006), Ahearn (2000), Asad (2000), Bauman (2000), Candido (2012), Correa (2014), Melo (1994), Moraes (2012), Ottoni (1998), Pinto (2006, 2014), Rajagopalan (2013, 2014), entre outros, a fim de caracterizar uma pesquisa documental de cunho qualitativo formulada a partir de revisões da literatura e da construção de fichamentos das leituras sobre o tema proposto, com o intuito de fornecer ao estudo um embasamento teórico condizente com os objetivos e a hipótese do trabalho.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos são propostos a partir da análise do referencial teórico selecionado *a priori* e de algumas passagens dos romances *Vidas secas*, ocorrendo eventualmente menções a outras obras como *Infância*, *Memórias do Cárcere* e *São Bernardo*, com o propósito de pensarmos na relevância de considerarmos “the assumptions about personhood, desire, and intentionality that are built into their analyses”⁴ (AHEARN, 2000, p.14).

1.1 Objetivo geral:

Refletir sobre alguns aspectos de política linguística que podem permear os atos de fala do romance *Vidas secas* de Graciliano Ramos.

1.2 Objetivos específicos:

- Discutir os conceitos de política e política linguística;

⁴ “(...) as suposições sobre personalidade, desejo e intencionalidade que são construídas nas suas análises” (Tradução nossa).

- Investigar possíveis traços de política linguística na escrita literária de Graciliano Ramos;
- Conhecer sua identidade crítica;
- Defender a ideia de que *Vidas secas* corresponde a um romance sobre a descoberta da linguagem;
- Pensar sobre os atos de fala e a função política deles em *Vidas secas*;
- Definir os personagens da narrativa como agentes sociais e suas práticas como agenciamentos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De caráter teórico-metodológico, a pesquisa em questão se propôs, num viés documental⁵ e qualitativo, a uma investigação sobre a vida em sociedade a partir de um dos clássicos da literatura nacional – *Vidas secas*, por meio da formulação de uma “epistemologia alternativa que gera objetos de estudos diferentes e outras interpretações e compreensões” (LOPES; BASTOS, 2010, p.11). Nesse sentido, a vida em comum que almejamos discutir se preocupa com as marcas que vão além das identidades e invadem o campo dos agenciamentos e da política linguística, assim como da ideia de pertencimento dos agentes e do conceito de transdiferença (OLINTO, 2010), os quais configuram tarefas permanentes e inacabadas que estão imersas nas diversas práticas atuantes no trânsito social através dos atos de fala.

As identidades que nos propomos a pensar, nesta pesquisa, se estabelecem de maneiras instáveis e conflitantes, sobretudo, como uma invenção, e não descoberta; “como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar para ela e protegê-la lutando ainda mais” (BAUMAN, 2005, p.22). Em outras palavras, as identidades também podem ser vistas como tarefas (BAUMAN, 2000), ou seja, exercícios contínuos de reflexões sustentadas, muitas vezes, pelo movimento de desconstrução e revisão dos agentes sobre as práticas deles, considerando as questões linguísticas, sociopolíticas, históricas, culturais, entre outras, que perpassam a vida em sociedade num movimento inter e transdisciplinar.

Nessa ótica, consideramos ao longo deste trabalho que as identidades poderiam ser vistas como problemas, mas principalmente como revisões de tarefas que auxiliam na formação do agente de política linguística (RAJAGOPALAN, 2013), o qual não se limita a um território ou a uma identidade, e sim, ao intercâmbio permanente de todas, em todos os momentos. Segundos os estudos de Bauman (2005, p.26) sobre a identidade na pós-modernidade, essa “nasceu da crise do pertencimento e do esforço

⁵ Dentro dos procedimentos metodológicos canônicos, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa documental de caráter qualitativo, dentre outras razões, pelo fato de que no contexto da abordagem qualitativa, “diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem” (SILVA; DAMACENO, 2009), indo ao encontro das reflexões desenvolvidas nessa dissertação.

que ela desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – criar a realidade à semelhança da ideia”. Com isso, as identidades se tornam motivações para os agentes em diferentes instâncias da vida em comum, sendo possíveis várias negociações e reajustes entre elas, uma vez que consiste numa tarefa incompleta e processual.

No entanto, Bauman (2005, p.30) também ressalta que, quando a identidade “perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso”. Nesse momento, atua a ideia de pertencimento que caminha junto com as identidades, ou seja, a necessidade do agente possuir várias identidades e, conseqüentemente, conquistar diversos territórios, sem descartar nenhum deles. Imersos nestas realidades multifacetadas, Bauman (2005) afirma que assim:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘sociedade não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005, p.17).

A partir disso, o viés teórico-metodológico deste trabalho que fornece suportes para o desenvolvimento de propostas de análises do romance *Vidas secas* de Graciliano Ramos tem como ponto de partida o olhar do pesquisador para as identidades, seguindo para os agenciamentos e a política linguística do agente, a fim de compreender todas essas abordagens como tarefas inacabadas das atividades humanas, as quais nos permitem observar os agentes, dentro ou fora do texto literário, a partir de posições modalizadoras que nos permitem tentar direcionar as atenções para a perspectiva macrossocial, procurando considerar a maioria das nuances do agente como parte de sociedade, sendo uma delas a multiplicidade identitária dele, as quais se articulam, permanentemente, com as inúmeras identidades do outro num movimento de corrente.

Compreendemos que, ao obter como *corpus* do trabalho um texto literário estudado por pesquisadores de distintas áreas da ciência da linguagem e que nos possibilita, de forma desafiadora, alcançar múltiplos sentidos e compreensões nas (re)leituras dele, sobretudo, devido ao seu caráter documental, os procedimentos

metodológicos selecionamos para esta pesquisa devem ter como necessidade ética imaginar de modo diferente algumas das possíveis inquietações salientadas no romance, a fim de produzir outras maneiras de se pensar, que fogem dos caminhos epistemológicos já atravessados.

Como mencionamos, as diferentes direções para se pensar *Vidas secas* traçadas por nós, nesta pesquisa, têm como proposta refletir sobre a vida em comum a partir das abordagens de política linguística e agenciamentos, tendo como suporte os atos de fala selecionados nos fragmentos do romance conforme permitem/suscitam tais abordagens. Desse modo, este presente trabalho não se instala, em exclusivo, na ordem dos estudos da literatura, tampouco, dos estudos linguísticos, mas nos entrelugares, nos espaços oferecidos pelas duas correntes, na busca por descobertas inéditas sobre o estudo da linguagem num prisma híbrido e amplificado, a fim de tentar produzir uma relação dialética que possa sustentar o conceito de transdiferença assumido pelo trabalho.

Com este comprometimento de reconhecer e considerar a possível relação dialética entre a literatura e a linguística num trabalho científico, sem tornar um dos conceitos totalizante ou invisível, os procedimentos metodológicos em questão se preocuparam em mesclar “convicções epistemológicas (...) que atendem, igualmente, às necessidades de construir campos conceituais de altíssima complexidade e mobilidade, capazes de enxergar os modos de experiência vivencial” (OLINTO, 2010, p.31) a partir dos seus modelos de representação, a fim de caracterizar os objetivos da pesquisa e os questionamentos do pesquisador também como tarefas inacabadas de reflexão crítica permanente que têm como uma das suas diretrizes a “concepção de literatura como sistema social e cultural complexo que, nas últimas décadas, expandiu as suas fronteiras para além dos limites tradicionais do gênero” (OLINTO, 2010, p.25).

Essa evolução literária evidencia a real necessidade de se propor estudos que possam olhar materiais como *Vidas secas*, clássico da literatura, a partir de percepções distintas e renovadas, vislumbrando tornar visíveis as mudanças na teoria, assim como a “crescente ocupação de espaços inter e transdisciplinares, ensaiada tanto no quadro dos estudos de literatura quanto em suas alianças com estudos culturais, multiculturais e pós-coloniais” (OLINTO, 2010, p.25), espaços inter e transdisciplinares que, de alguma forma, apostam no emergente, no contingente, nas opacidades, nas ambiguidades, no performativo e, portanto, em um tornar-se contínuo no aqui e no agora. (LOPES; BASTOS, 2010).

Diante desta ideia, a metodologia que configura esta pesquisa caminha, entre outras, ao encontro das perspectivas da transdiferença (OLINTO, 2010), principalmente pelo comprometimento em tentar legitimar os pontos de contato e as diferenças conceituais que podem existir numa investigação científica que tem como direção três eixos centrais: política linguística, atos de fala e um texto literário. Para isto, as nossas intenções como pesquisador não são enquadrar e engessar este trabalho a partir de verdades teóricas homogêneas e unitárias que se permitem a olhar para os objetos de estudo por meio de um prisma, ao contrário, procuramos buscar respaldos na literatura que ressaltem os processos híbridos inter, trans e multiculturais em suas propostas de configuração identitária.

Ao compreendemos a metodologia deste trabalho, sobretudo, a partir do fenômeno da transdiferença nos asseguramos dos princípios regidos por Olinto (2010), os quais entendem essa teoria como algo que “permite explicitar situações complexas, enxergando, pela crítica de conceitos monoculturais, processos de intercâmbio entre culturas distintas como regra e não como exceção”. Ou seja, se permitir a olhar para a diferença de um modo transgressor, não menos, dialético em relação às múltiplas esferas que circundam as diferenças e as identidades.

A partir dessa visão, os agentes não assumem somente uma identidade, excluindo as demais possibilidades, ao contrário, eles podem assumir todas as identidades que lhes são oferecidas no trânsito social, ministrando-as em cada contexto determinado. Além disso, ao mesmo tempo em que este agente assume essas identidades, ele também pertence a diversos territórios e agencia múltiplas práticas, a fim de tornar um agente de política linguística em diferentes instâncias. Dito de outra forma, o compromisso da transdiferença é considerar todas estas esferas, nas quais os processos inter e transdisciplinares se articulam na (re)construção das identidades. Com isso, a partir desse conceito, é possível enxergarmos:

Fenômenos complexos do mundo contemporâneo – tais como processos socioculturais e políticos, operações de produção e reprodução cultural e de negociação intercultural de identidade e representação simbólica apontando não apenas para a sua construtividade e historicidade, mas focalizando, também, múltiplos pertencimentos socioculturais. (OLINTO, 2010, p.26).

Dotados desse ideário, a teoria da transdiferença cede espaço dentro dos estudos do texto literário para experiências científicas “mais ousadas em suas (indisciplinadas)

travessias disciplinares” (OLINTO, 2010, p.32) sem seguir rigorosos conceitos teóricos que, muitas vezes, limitam as diversas possibilidades de leituras que a literatura pode oferecer na (re)construção dos sentidos. Nesse viés, a transdiferença pode ser vista como uma abordagem que “nos obriga a assumir que não vivemos em uma única realidade, mas em uma multiplicidade de realidades diversas” (OLINTO, 2010, p.45) que devem ser (re)vistas, a fim exercer as nossas tarefas e as nossas reflexões críticas não somente como pesquisadores da linguagem, mas sobretudo, como agentes de política linguística⁶.

Vale ressaltar que a política linguística pode ser vista, dentro dos nossos estudos, como uma abordagem complexa que ultrapassa as esferas do código linguístico sem descartar a relevância dele nas práticas do agente, evidenciando, de forma articulada, outros princípios que também constituem a vida em sociedade como: a política, a cultura, o social etc. Dito de outra forma, a política linguística pode caracterizar uma ideia que envolve as múltiplas práticas do agente, além das representações e das ideológicas dele, assim como o planejamento linguístico, a fim de pensar de que forma ele pode administrar as diversas práticas e ideias, de uma maneira que não deixem de ser tarefas, tendo como suporte os atos de fala, não menos, a função do código linguístico e a relevância deste dentro do contexto social.

As múltiplas práticas do agente, portanto, tornam-se elementos fundamentais dentro da política linguística, pois pode ser a partir e/ou decorrente dela que os agentes imprimem a função dele de agente de política linguística. Nesse sentido, esta política, ainda que a terminologia esteja no singular, não pode ser tomada como única, entre outras razões, por ela tentar abarcar estas diversidades de práticas que formam o agente, as quais, sucessivamente, podem desencadear outras práticas no trânsito social, estabelecendo outros agentes de política linguística, em paralelo, múltiplas formas de agenciamentos.

Estes podem ser vistos nesta pesquisa como a capacidade humana de agir na vida em comum em torno do performativo, a fim de evidenciar de forma lúcida ou não as tarefas e as reflexões críticas dos agentes, lugar esse em que, assim como na abordagem da política linguística, se instalam os conceitos da transdiferença, caracterizando espaços em que podemos olhar para os nossos objetos de pesquisa além

⁶ O termo “agente de política linguística” é compreendido neste trabalho como aquele que se “distingue por sua vontade de autoafirmar e marcar seu posicionamento, independentemente do grau do sucesso que ele tem na sua ousadia” (RAJAGOPALAN, 2013, p.35).

das identidades deles, do que está aparente, a fim de trazer à superfície novas leituras e conhecimentos, até então supostamente desconhecidos pela ciência da linguagem.

Em linhas gerais, os agenciamentos, portanto, podem ser a gestão das múltiplas práticas do agente no trânsito social, entre elas a linguística e a política, que tem como principal veículo os atos de fala. Por meio dos agenciamentos, os agentes mostram os conhecimentos deles em relação à sociedade e às agências, mutantes na sua grande maioria, que constituem a vida social, marcando as representações e as simbologias que a permeiam, sobretudo, pelo poder hegemônico que pode estabelecer os vetores força centralizados no consentimento ou na repressão dos agentes. Assim como as tarefas, os agenciamentos também são sempre constantes e inacabados, sendo necessários movimentos permanentes de caráter crítico por parte do agente sobre as práticas deles e a demanda social.

Ao pensarmos nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, que inclui o estudo analítico de *Vidas secas*, consideramos que a tentativa de investigar a vida em comum numa perspectiva que nos permita refletir além das identidades se desloca, acima de tudo, na ação produtiva sustentada na construção de sentidos correspondentes ao “confronto do leitor com uma experiência alheia, em que o texto representa o efeito potencial que mobiliza faculdades perspectivas e imaginativas do leitor”, transgredindo-o da zona de conforto dele num movimento de alteridade que lhe permite exercer as suas tarefas e ministrar, consciente ou não, seus agenciamentos, a fim de (re)pensar e endossar as funções como agente a partir de uma proposta diferente de estudo de um dos clássicos da literatura nacional - *Vidas secas*.

3. POLÍTICA E A TENTATIVA DE DEFINIÇÃO DE UM POSSÍVEL CONCEITO

Ao permitirmos nos aprofundar no que concerne à política, devemos, primordialmente, nos inteirar do que é tomado por conceito e, a partir dessa reflexão, tentar desenvolver o sentido dessa, a fim de observar, entre outras posições, que política e conceito são, sobretudo, discussões de caráter linguístico. Sabemos que, em meio à pluralidade e ao movimento constante das sociedades atuais, a importância do ato de conceituar de forma crítica e dialética essa realidade se torna cada vez mais evidente, assim como o conhecimento sobre as “diferentes concepções de conceito em função dos campos de saber, das teorias, dos discursos” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.7).

O conceito, nesse sentido, se configura como uma ferramenta subjetiva e ilimitada que não se restringe a uma única percepção, ao contrário, ele deve ser visualizado como uma “atividade criadora que permite inventar novas maneiras de pensar, de sentir, de ver (conceber, perceber), de compreender o incompreensível” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.10) numa perspectiva múltipla e disforme como as identidades e as práticas sociolinguísticas e política de agenciamentos, as quais permeiam de forma conflitante a vida em comum, nos fazendo pensar sobre a relevância do agente em “criar ‘seus’ conceitos e construir ‘sua’ própria filosofia” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.9) condizente com as necessidades e a realidade dele.

Estamos apurando, portanto, um objeto que nasce por meio da linguagem e se articula aos conhecimentos com o intuito de constituir um mundo através da ação de conceituar os elementos. Ainda que não seja em sua grande maioria, essa urgência de sentidos pode estabelecer definições que limitam e delimitam saberes, a fim de acoplar informações, levando à perda da pluralidade que o termo conceito deve portar. Como medida, estes precisam ser pensados como um instrumento capaz de emergir da diversidade e constância social, tentando, incessantemente, “dar conta do diferente para dar conta da multiplicidade de sentido e de seus movimentos” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.11).

Os conceitos não são instrumentos que concentram na generalidade do conhecimento, mas também não se restringem às particularidades estabelecidas pelos agentes linguísticos. Dessa forma, corresponde a uma ferramenta que se propõe a dar sentido a essas particularidades num movimento que o distancia de uma conclusão unitária e determinante. Ou seja, os conceitos concernem aos primeiros passos para os

conhecimentos e as reflexões críticas, caracterizando um objeto universal que representa os particulares (HARDY-VALLÉE, 2013).

Vale ressaltar que estamos abordando um assunto que é formado a partir de três elementos que marcam seu caráter abstrato e sistematicamente organizado, são eles: o mental, o linguístico e o público. O primeiro está diretamente conectado aos processos cognitivos, que são compreendidos nesta pesquisa como parte das intenções e representações do agente de política linguística, dialogando, concomitantemente, com as suas identidades e subjetividades, as quais também não são estanques, tampouco, uniformes.

Os elementos linguísticos e públicos se entrelaçam na medida em que têm a ver com o processo de conhecimentos enciclopédicos sobre um objeto, processo esse que não tem origem ou se limita a um único cérebro, configurando junções de saberes genéricos que dão sentidos às particularidades, como já mencionado. Desse modo, se caracteriza público pela possibilidade de ser armazenado em vários suportes materiais, como, por exemplo, os conhecimentos científicos, os quais são vistos por Hardy-Vallée (2013) como ‘noção’, a fim de “reservar o termo ‘conceito’ para falar de particularidades mentais que cada indivíduo manipula, e isso sem considerar seu rigor científico”, uma vez que um agente “pode possuir um conceito sem que isso implique que ele tem o conceito exato” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.17).

Construímos, desse modo, o conceito de política distante da ideia que o vê, limitadamente, como uma “concepção compreendida numa palavra que designa características e qualidades de uma classe de objetos, abstratos ou concretos” ou como uma “mente considerada como sede das concepções; faculdade de conceber ou conhecer” (PRIBERAM, 2014), representando um instrumento inerte, soberano e exato, o qual diverge da ideia de diversidade, de inovação e de sucessões de eventos, como presumimos em relação à política.

Ao contrário disso, procuramos estabelecer o conceito de política instalado na ordem do conflito e da diferença, que são consolidados nos agenciamentos por meio das reflexões críticas e das diversas políticas dos agentes, entre elas, a política linguística, a fim de compreender que “o político é um lugar de disputa, caracterizando-se pela disputa dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças” (ORLANDI, 2002 apud MARIANI, 2011). Ou seja, a política se configura como uma atividade nutrida pelas dissemelhanças de sentidos, as quais

interagem entre si, motivando-as por meio da linguagem sem propagar verdades homogêneas e unitárias.

As escolhas e as tomadas de decisões, neste viés, se tornam peças primordiais na relação com o político, a fim de entender este como uma “continuação, um desdobramento, da ética” (RAJAGOPALAN, 2013, p.34), sofrendo influências de todos os lados e não somente de uma ou outra determinada classe social. Dessa forma, a política está correlacionada, dentre outras acepções e distintas ênfases, com as questões de escolhas e tomada de decisões tanto nas mais “altas instâncias do poder, com ou sem a consulta ao público a quem se destinam tais decisões ou até mesmo seu consentimento, quanto no nível das práticas linguísticas locais que ocorrem entre os cidadãos comuns” (RAJAGOPALAN, 2013, p.35).

A partir desta perspectiva, a política tanto se refere ao exercício de poder quanto às diversas consequências implicadas por esse exercício, o qual é vinculado às práticas sociais e linguísticas na busca pela melhoria da sociedade e da liberdade dos agentes. Para tanto, o viés político “pode ser entendido como a arte da pluralidade, onde a ideia de haver constantes debates, de tematização das questões de relevância, garantiriam o pleno exercício da liberdade humana” (RAPOSO, 2012). Esta afirmação justifica um dos nossos interesses em discutir política como arte, filosofia e ciência, na medida em que:

É arte, visto requerer de quem a pratica sensibilidade especial, além de talento, vocação e modos especiais, virtudes as quais, quando reunidas no mesmo indivíduo, o capacita a canalizar interesses e, ressalta-se, tomar decisões corretas. Política, como filosofia, surge quando uma série de questões moral e filosófica a acompanham, questões estas que têm se mostrado de importância vital ao destino da humanidade. Por outro lado, a política aparece como ciência, quando se constata ser possível sistematizá-la cientificamente, a partir da observação da relação dos homens com o poder. (RAPOSO, 2012, s/p)

Essa informação nos possibilita compreender a política também a partir dos estudos de Bauman (2000, p.90) como “um esforço efetivo e prático para subjugar instituições (...)”, melhor dizendo, como uma “atividade explícita e lúcida que diz respeito à instauração das instituições desejáveis” por meio de dois conjuntos de restrições: agenda de opção e código de escolha. A primeira se centraliza na escolha dos agentes linguísticos, mas não necessariamente depende, em absoluto, dele e o último consiste na capacidade de nortear a prudência e a pertinência da escolha, sendo ambos

preocupados em operar a liberdade de opção individual. Nas palavras de Bauman (2000):

As opções individuais são, em todas as circunstâncias, limitadas por dois conjuntos de restrições. Um é definido pela *agenda de opções*⁷: o conjunto de alternativas efetivamente disponíveis. Toda opção implica escolher uma coisa dentre outras e raramente o conjunto de coisas a escolher depende daquele que escolhe. Outro conjunto de restrições é definido pelo *código de escolha*⁸: as regras que indicam com base em que se deve preferir uma coisa a outras e quando a escolha é adequada ou não. (BAUMAN, 2000, p.79).

Nesse sentido, a política não pode ser julgada como verdade ou falsidade, sobretudo, por corresponder a uma ferramenta centrada nas reflexões críticas e nas escolhas do agente linguístico, ferramentas estas mutantes e inacabadas não condizentes com a ideia de um fato constatado.

Frente a essas discussões, depreendemos a questão política como um movimento de “pensar e repensar sobre língua(gem) e sobre tantos outros assuntos relacionados ao nosso ser e estar no mundo”, caracterizando um “anseio de ser chegar à compreensão do que se institui coletivamente” (CORREA, 2014, p.27). Desse modo, se torna prudente para o nosso trabalho incidir com maior afinco sobre as vertentes políticas que permeiam os agenciamentos: política e políticas linguísticas, a fim de traçar suas facetas abstratas e concretas num ato de compreender o motivo pela qual refletimos sobre política linguística no singular e não no plural, no estudo dos atos de fala do romance *Vidas secas*.

3.1 Política e políticas linguísticas: olhares abstratos e concretos

Diversas correntes de pesquisa direcionadas à política e às políticas linguísticas são desenvolvidas, dentro e fora do cenário nacional, para investigar distintas características do binômio ‘língua e política’, as quais, inevitavelmente, transitam entre o efetivo e o intangível. A partir desse ponto de vista, presumimos que as políticas linguísticas configuram uma parte da política linguística, ambas com alvos e intenções discursivas e ações divergentes e convergentes que objetivam enfatizar a política como filosofia, arte e ciência, promovendo a reflexão apurada em torno da língua e do agente.

⁷ Grifo do autor.

⁸ Grifo do autor.

Enquanto substantivo abstrato, investigamos uma política imersa na filosofia e na arte, sem poder ser julgada como certa ou errada, uma vez que essa percorre todos os espaços em todos os tempos em paralelo, lapidando as identidades e as subjetividades dos agentes da linguagem como uma ferramenta intrínseca, a qual é desenvolvida e aperfeiçoada processual e permanentemente. Trata-se, portanto, de uma política preocupada em examinar o objeto a partir da postura macrossocial, sem restrições determinadas ou previamente estabelecidas, ao contrário, ela olha para todas as direções a partir de uma ideia central.

Estamos nos referindo à política linguística no singular, a qual se interessa, dentre outras, por todas “aquelas questões que dizem respeito ao papel que as línguas exercem em definir os povos e consolidar suas nações ao redor do mundo, as consequências das mudanças geopolíticas em curso que afetam as relações existentes e assim por diante” (RAJAGOPALAN, 2013, p.29). Essa política confere ao movimento de condução da vida em sociedade, seja como nação ou como qualquer outra agremiação de agentes, desencadeando um aspecto amplificado e mais geral que visualiza e indaga uma situação a partir do que está explícito e implícito.

Em contrapartida, as políticas linguísticas como substantivo concreto e plural caminham no sentido de uma “ação datada e contextualizada (portanto, situada) que pode ser caracterizada como bem acertada ou mal acertada, apropriada ou precipitada e assim por diante” (RAJAGOPALAN, 2013, p.29). Desse modo, consiste em uma ferramenta comprometida com a pesquisa sistemática das intervenções políticas sobre as línguas e as alterações causadas nas comunidades linguísticas advindas, sobretudo, do poder hegemônico.

Essas políticas, ao se ocuparem com as situações concretas de linguagem, se posicionam frente a um olhar microsocial, o qual não tem a intenção de expandir suas reflexões no que concerne a uma determinada investigação linguística, e, sim, centralizar em focos prévios com objetivos definidos que percorrem todas as verificações, evitando alterações. Com este ponto de vista, também podemos evidenciar as que acautelam a intervenção hegemônica sobre o passado, o presente e o futuro das línguas.

Dessa forma, as políticas linguísticas sofrem interferência direta do Poder e da legislação no planejamento e nas implementações das suas tomadas de decisões sobre a relação língua e sociedade, não caracterizando, muitas vezes, uma política própria dos agentes da linguagem ou condizentes, essencialmente, com as necessidades linguísticas

deles, a fim de tentar garantir uma homogeneidade a partir da defesa da língua padronizada, não menos, utópica que sustenta a ideia de domínio social, direta ou indiretamente.

Lembramos, em paralelo, que as interferências humanas sobre as línguas, tanto no seu *status* social quanto na sua forma, sempre foram mobilizadas pelos poderes hegemônicos através de movimentos planejados que poderiam pleitear a identidade nacional, exclusivamente, por meio das questões de linguagem.

A fim de ilustrar estas afirmações, podemos (re)pensar em várias conjunturas da nossa história e da nossa cultura linguística. Uma destas ocorrências caminha, por exemplo, em direção à escolha de um alfabeto para uma determinada língua, trabalho este de intervenção das políticas linguísticas, como uma manobra de padronização do código, conseqüentemente, unificação linguística a partir de uma atitude concreta.

Pelo mesmo princípio, relacionamos ao desenvolvimento das regras ortográficas, adicionando a conveniência na construção de uma identidade nacional e de um documento que prescreva essas decisões linguísticas através de normas: a gramática normativa, a fim de convencená-la a um guia linguístico. Outro marco da postura concreta das políticas linguísticas na historicidade nacional estava na proibição do uso da língua geral em terras brasileiras, decretado por Marquês Pombal, com a finalidade de impor e consolidar como oficial somente uma língua, violando qualquer outra variedade.

Essa menção histórica nos incentiva a pensar que as imposições políticas de caráter linguístico não são recentes e, tampouco, precedentes no restante do mundo, ao passo que as “línguas particulares muitas vezes serviram de potentes bandeiras patrióticas” (RAJAGOPALAN, 2004, p.30) e territoriais, a fim de sustentar a ideologia da pureza e da unidade linguística como pretexto para o esmagamento de grupos minoritários (RAJAGOPALAN, 2004).

Por outro viés, não seria justo afirmar neste estudo que todas as mutações sofridas pelas línguas têm origem nas políticas linguísticas desenvolvidas e implementadas pelo poder hegemônico. Ao contrário, muitas mudanças linguísticas são promovidas sem planejamento, somente conforme as necessidades dos agentes, representando transformações que sofrem a influência direta da legislação, pelo menos no primeiro momento. Denominamos estas gestões linguísticas de *in vitro* e *in vivo* (CALVET, 2007). A primeira parte das imposições hegemônicas para os agentes da linguagem corresponde a ações planejadas pelo Estado, a fim de intervir na idealização

de língua frente a outra. A segunda parte da demanda social para a legislação, caracterizando o movimento inverso pregado pela gestão *in vitro*.

A gestão *in vivo* configura um dos interesses da política linguística em que o agente linguístico é o principal alvo e a última gestão se preocupa, primordialmente, com imposições que favoreçam os interesses do poder e da militância a favor de uma língua específica, indo ao encontro dos interesses das políticas linguísticas. Em outras palavras:

Gestão *in vitro* – Em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam. Gestão *in vivo* – refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente. (CALVET, 2007, p.69-70).

No entanto, as gestões *in vivo* e *in vitro* não necessariamente correspondem a movimentos conflituosos e divergentes, entre outras razões, pelo fato de que não há uma língua nacional imposta pela gestão *in vitro* que seja considerada como oficial pela comunidade sem que esta a identifique como identidade da nação, dessa forma, “os instrumentos de planejamento linguístico aparecem portanto como a tentativa de adaptação e de utilização *in vitro* de fenômenos que sempre se manifestaram *in vivo*” (CALVET, 2007, p.71). A principal intenção da gestão *in vitro* é propor aos falantes uma língua considerada por determinados grupos de linguistas como a ideal, a qual nem sempre condiz com a língua usada nas práticas linguísticas da maioria da população.

Para que essa imposição seja efetivada, a gestão *in vitro* promove interferências nos ambientes de linguagem, mascarando o peso de uma língua em relação à outra, a fim de prestigiar determinada variedade, a qual direciona ao encontro dos seus interesses políticos. Como respaldo, essa gestão conta com a legislação, tornando a língua um objeto de lei, como citado anteriormente. Segundo Calvet (2007) “isso ocorre porque as políticas linguísticas são geralmente repressoras e precisam, por essa razão, da lei para se impor: não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico”.

Assegurados por mais estas informações, outros exemplos concretos das intervenções das políticas linguísticas sobre as línguas e os agentes linguísticos se tornam pertinentes. O fato de o Brasil ser considerado, ainda nos dias de hoje, um país monolíngue é, efetivamente, uma ação das políticas linguísticas estabelecidas pelos

interesses que vão além da linguagem, caracterizando, sobretudo, uma questão de hegemonia. Da mesma forma, há a presença política na iniciativa do linguista Gilvan Müller de Oliveira em tentar renová-las por meio da publicação de um documento intitulado “Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística”.

Este movimento de Oliveira (2003) procura validar “instrumento importante na mão daqueles que lutam contra qualquer tipo de discriminação linguística, especialmente os falantes das outras várias línguas brasileiras que não a oficial e hegemônica, o português” (OLIVEIRA, 2003, p.11). Nesse sentido, o material em questão incentiva políticas linguísticas isentas de discriminação, a fim de respeitar a diversidade, considerando-as nas suas tomadas de decisões. Em relação à educação, Oliveira (2003) defende que esta “deve estar sempre a serviço da diversidade linguística e cultural e das relações harmoniosas entre diferentes comunidades linguísticas do mundo todo” (OLIVEIRA, 2003, p.33), em paralelo, aprimora que “toda pessoa tem direito a aprender qualquer língua” (OLIVEIRA, 2003) independentemente da sua raça ou credo.

Em nossa perspectiva, esse direito não é respeitado na maioria das instituições de ensino. Compreendemos que as escolas são, muitas vezes, as principais precursoras das políticas linguísticas, que promovem o ensino formal das línguas, inclusive, do ensino de língua portuguesa, tendo com norteador a idealização da língua padrão e do monolinguismo nacional por diversos motivos. Essas ações resultam em “instituições com resultados medíocres em ensino e aprendizado de língua, em comparação com as situações de inserção/imersão nas suas diversas modalidades” (OLIVEIRA, 2005).

Em contrapartida, entendemos que toda variedade linguística é heterogênea e empiricamente formada pela multiplicidade e que “o conceito de norma, nos estudos linguísticos, surgiu da necessidade de estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em parte, a heterogeneidade constitutiva da língua” (FARACO, 2008), não vislumbrando a norma como uma ferramenta estática e inviolável, mas como um instrumento permanentemente em construção. No senso comum, o termo *norma* está associado às regras estabelecidas nos livros de gramáticas e dicionários, no entanto, ela está, em resumo, atrelada às identidades das comunidades de fala, a fim de designar um conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade, incluindo os fenômenos em variação” (FARACO, 2008, p.40).

Nesse viés, em uma sociedade plural como o Brasil, é possível transitar diversas normas que se entrelaçam a todo o momento, possibilitando, inclusive, que um mesmo agente linguístico seja capaz de fazer uso efetivo de mais de uma norma, não possibilitando que haja uma norma linguística pura já que ela está sempre em intercâmbio com as outras. Faraco (2008) aprimora:

Não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas haverá sempre sobreposições, desbordamentos, entrecruzamentos. (FARACO, 2008, p.42).

Aliados à ideia de norma como uma ferramenta diversa e perene, ressaltamos as atuações das políticas linguísticas no percurso da língua portuguesa no Brasil, a fim de pensar que os movimentos a favor da pureza dessa língua não atingiram sua heterogeneidade intrínseca. Retomando na história a chegada dos portugueses ao Brasil, é possível compreender que ocorreu, naquele instante, o encontro e/ou desencontro entre os europeus, os índios (que aqui já habitavam antes da chegada dos portugueses) e os africanos (aportados nesse território por meio dos navios de tráfico negreiro para mão de obra escrava).

Esse fato histórico é visto como um desencontro, neste trabalho, devido à complexidade da questão que vai além das diferenças linguísticas e culturais, mas política e sociais, ou seja, caracterizando um evento isento de neutralidade, estabelecido pela hegemonia com a garantia, entre outros fatores, das representações de dominação e imposição ao colonizado, a fim de utilizar majoritariamente as línguas como ferramentas de manipulação do agente.

Ainda que o Brasil seja tomado como um território unilíngue, Silva (2004) nos mostra que o país “no seu período histórico inicial, de 1500 a meados do século XVIII, apresenta um multilinguismo/multidialealismo generalizado”, seja por meio das diversas línguas indígenas ou das línguas africanas. Esta postura pode ser observada desde a política dos jesuítas no ano de 1549, “que foi a de aprender e gramaticalizar a língua mais usada na costa do Brasil, para usar a adequada formulação do Pe. José de Anchieta, sem dúvida o primeiro linguista aportado em terras brasílicas” (SILVA, 2004, p.73).

Por meio das missões jesuíticas, os índios brasileiros foram alfabetizados via as gramáticas de Anchieta e Luís Figueira, prevalecendo à língua escrita, uma vez que as diversas línguas que os índios aldeados utilizavam eram orais. Ainda no período colonial, além das variedades linguísticas que eram faladas no Brasil, uma delas se difundiu em paralelo as demais, a chamada língua geral, outra intervenção concreta das políticas linguísticas.

Segundo estudos, “essa língua ter-se-ia transmitido pela oralidade, sem controle de escolarização sistemática e em situação de aquisição imperfeita, no sentido de que nesse contexto de aquisição estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngues (português/língua geral) ou multilíngues (português/língua geral/ língua indígenas e/ou africanas)” (SILVA, 2004, p.78), sendo essa língua a base do português vernáculo.

Essa informação reitera a ideia de heterogeneidade das línguas faladas em território brasileiro durante todo seu contexto histórico, ressaltando que o Brasil jamais foi um país monolíngue e que tomá-lo como tal é também uma questão de estratégia política. Registros históricos relatam que, no início da colonização europeia no Brasil, “se usavam mais de mil línguas indígenas, de vários troncos e famílias linguísticas” (SILVA, 2004, p.94), as quais foram extintas ao longo da história. O apagamento dessas línguas, segundo Silva (2004), ocorreu “ou porque os seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram dizimados intencionalmente ou por epidemias”, ou seja, a língua do colonizador como instrumento de poder e dominação designou, para muitos indígenas, a vida.

Para os falantes das línguas africanas e seus descendentes, o cenário não se distancia dos falantes de línguas indígenas, pois “a massa africana escravizada, chegada ao Brasil, teve de aprender uma outra língua, na oralidade, sem normatização escolar, a língua dominante da colonização” (MATTOSO, 1990 apud SILVA, 2004). Isso se deu, ainda segundo Mattoso (1990), devido ao impedimento dos portugueses de se praticar a língua africana em território nacional, para isto “a metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania”, justamente para evitar o difusão dessas línguas no país e, supostamente, desestabilizar a língua do colonizador no espaço de domínio dele.

Outra questão, mais recente, de cunho das políticas linguísticas estava no projeto de lei nº 1676/99 do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), que visava à defesa, proteção, promoção e uso da língua portuguesa. Vale lembrar que o termo

estrangeirismo é visto, neste trabalho, como as “palavras e expressões de outras línguas, usadas correntemente em algumas áreas do nosso cotidiano” (FARACO, 2001), além disso, a noção da palavra está articulada, sobretudo, às discussões sociolinguísticas e políticas, uma vez que “quem fala com legitimidade a língua da comunidade é, por fim, quem está apto a exercer o poder dentro dela e em seu nome” (FARACO, 2001).

Dessa forma, o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo deixa bem nítido, como podemos verificar no material completo em anexo no livro “Estrangeirismos: guerras em torno da língua” de Carlos Alberto Faraco (2001), que o alvo do parlamentar é a presença da língua estrangeira nas práticas sociais e linguísticas do brasileiro, ou seja, o aumento exagerado de palavras e expressões estrangeiras, as quais, segundo Rebelo (1999), descaracterizam o idioma nacional e os falantes patriotas, comprometendo a ideia de língua nacional como patrimônio público dos brasileiros.

Em contrapartida, nas nossas perspectivas, a língua vai além de uma bandeira inerte e inviolável, ao contrário, ela é “um fenômeno histórico-social, público, portanto, um elemento constitutivo da individualidade particular de cada cidadão e cidadã” (FARACO, 2001). Para alguns linguistas, entre eles Faraco (2001), a legislação da língua contra o estrangeirismo nada mais é do que uma forma de repressão linguística como ocorreu anos atrás com o Diretório dos Índios do Marquês de Pombal (1757), o qual decretou a língua portuguesa como a única língua do Brasil, discriminando a língua mais falada no país na época: a língua geral ou *nheengatu*.

Para Faraco (2011), “é triste verificar que, no Brasil, todas as iniciativas de políticas linguísticas sempre foram marcadas pela desconsideração das reais necessidades do povo, quando não pelo autoritarismo nu e cru”. Diante disso, é possível compreendermos que o uso de termos ou expressões estrangeiras não altera a gramática da língua, pensando num viés estrutural, ao contrário, sua contribuição é somente sobre o léxico. Além disso, este é um processo recorrente em qualquer língua, devido ao contato entre os agentes linguísticos e as culturas deles.

Para tanto, refletir sobre estrangeirismo é ultrapassar os muros das políticas linguísticas e invadir territórios da filosofia, da história e, até mesmo, da economia, pois essa temática não se esgota aos estudos da linguagem, muito menos a este texto, no entanto, podemos pensar que o decreto não é o caminho mais democrático e conciso na busca de uma língua sem influências e/ou empréstimos, afinal são os agentes linguísticos, condizentes com as suas necessidades comunicativas, que direcionam a língua.

A legislação, portanto, nem sempre garante a efetivação de uma ação linguística. Bagno (2001) lembra que:

O uso da língua não precisa de legislação. A língua (...) é um sistema autorregulador, que dá conta de suas próprias carências e necessidades. Ela mesma acolhe o que tem serventia e descarta o que é dispensável (feedback negativo). E a língua é assim porque 'a língua' não existe: o que existe são seres humanos, inseridos em contextos sócio-históricos específicos, que querem se fazer entender, interagir, comunicar-se uns com os outros. (BAGNO, 2001, p.83).

Olhar o estrangeirismo numa perspectiva de senso comum, somente como uma avalanche que possui como único objetivo desestabilizar a língua portuguesa, ou seja, uma forma de submissão aos países de maior poder político e econômico, nas nossas leituras, é fechar os olhos para a realidade cambiante em que as sociedades vivem, não a compreendendo como uma ferramenta socialmente constituída, constante e vivaz. Dessa forma, a defesa de uma parte da sociedade a favor do cumprimento dessa lei tem como justificativa, segundo Rajagopalan (2004), o fato de os agentes linguísticos compreenderem que a língua nacional estava correndo risco de ser dominada pelo Outro, mais especificamente, os americanos.

O estudioso em questão nos lembra de que isso é reflexo de uma ciência, a linguística, que muitas vezes não sabe se comunicar, ao contrário, se isola. Nesta direção, Rajagopalan (2004) ressalta que “não há como separar teoria e prática, análise e interpretação, diagnóstico e terapia. Fazer uma coisa é já estar fazendo a outra”. É possível compreender, portanto, que coibir o estrangeirismo é violar o princípio de cidadania e liberdade linguística dos agentes linguísticos, além disso, a influência sobre a língua não é sinônimo de enfraquecimento da identidade nacional, e, sim, o enriquecimento de um fenômeno natural que supra as necessidades dos seus usuários, como já mencionamos.

Compreendemos, dessa forma, que é o homem que impõe barreiras, que alimenta a diferença e cultiva a discriminação do seu semelhante. A língua que para alguns representa patriotismo, identidade nacional, orgulho e bandeira pátria, para outros, espelha o poder, a soberania e o domínio sobre os oprimidos na sua própria língua. Legitimar é prescrever, neste caso do projeto de lei, é vislumbrar uma padronização linguística que não cabe a um fenômeno vivo como a língua, a qual possui

suas regras particulares, tanto na escrita quanto na oralidade, a fim de envolver, concomitantemente, reflexões críticas também sobre política linguística.

Esta política transita entre o subjetivo e o abstrato com o intuito de distanciar posicionamentos que estabelecem regras invioláveis, fornecendo ao agente da linguagem direitos e deveres iguais independentemente da sua variedade linguística. Portanto, “a única forma de o linguista participar nas discussões sobre a política linguística é na qualidade de linguista enquanto cidadão comum” (RAJAGOPALAN, 2013, p.23). Por ser primordialmente um ramo direcionado à ação política sem restrições de saberes, a política linguística tem a faceta de dialogar com outras áreas de atuação política, como a econômica, a social, a de trabalho, entre outras.

A política linguística, nesse sentido, não se limita, exclusivamente, às militâncias linguísticas, ela se volta para as escolhas dos agentes, as quais são norteadas por “diferentes opções que se apresentam na tomada de decisões” (RAJAGOPALAN, 2013, p.34), a fim de evidenciar seu posicionamento político, conseqüentemente, sua postura ética. Estamos pensando, então, em uma política que percorre todos os agenciamentos, que são estabelecidos por meio das reflexões críticas e de atos de fala emancipatórios ou não dos agentes da linguagem, entre outras razões, por estar centralizada no “bom senso, nos interesses de uma nação, de um povo, nos curtos, médios e longos prazos, e não no conhecimento dito ‘científico’ que vem se acumulando ao longo dos tempos” (RAJAGOPALAN, 2014, p.79).

Para tanto, também se torna prudente pensarmos sobre as questões de agência, agente e agenciamento numa perspectiva em que a política linguística perpassa essas vertentes, trazendo à superfície a presença do viés político e crítico nas práticas linguísticas e sociais.

3.2 A presença do agente e do agenciamento

Ao nos referirmos à atuação do agente e da linguagem nas questões de política linguística, estamos relacionando às escolhas imbuídas por meio do seu livre arbítrio ou não, atribuindo aos agentes responsabilidades, as quais farão parte das *práxis* e das condutas deles no espaço social. Esta suposta autonomia dada ao agente de política linguística não é a mesma dedicada ao sujeito da linguagem por caracterizar duas correntes diferentes “pelo menos em algumas orientações teóricas mais bem conhecidas” (RAJAGOPALAN, 2013, p.35).

O sujeito caminha no sentido do assujeitamento a uma estrutura hegemônica, a qual lhe aprisiona e determina as suas eleições, conseqüentemente, seus atos, sem ter a “sua própria voz nem vez” (RAJAGOPALAN, 2013, p.35). Em contrapartida, o agente afirma sua posição independentemente das normas de uma estrutura, a fim de se estabelecer à mercê dos seus desejos e direitos de agir condizente com a sua liberdade de escolha e atitude, sem desconsiderar que as suas ações influenciam e são influenciadas por estruturas sociais e políticas mais sólidas, evidenciando que, assim como a sociedade moldura os agentes, estes também atuam sobre ela. Nas palavras de Ahearn (2000):

How people’s actions influence, and are influenced by, larger social and political structures. In the late 1970s and early 1980s, sociologist Anthony Giddens first popularized the term *agency* and, along with anthropologists such as Pierre Bourdieu and Marshall Sahlins, focused on the ways in which human actions are dialectically related to social structure in a mutually constitutive manner. The scholars, in addition to cultural Marxists such as Raymond Williams, noted that human beings make society even as society makes them. (AHEARN, 2000, p.12)⁹.

As relações dialéticas e as sociais, portanto, são ministradas pelas agências, as quais configuram estruturas hegemônicas que são “dependentes de uma conjunção de vetores de força que disputam os sentidos da vida comum na construção performativa de consensos e coerções” (PINTO, 2014, p.60). Isso significa que, apesar das capacidades do discurso hegemônico, estes são administrados pelos agentes linguísticos através do consentimento ou da repressão, circulando em contradição uns discursos com os outros, e “experimentando tanto cumplicidade quanto resistência a sua atualidade local” (PINTO, 2014, p.60). Nesse sentido, “agency today serves primarily to define a completed personal action from within an indefinite network of causality by attributing to an actor responsibility to power”¹⁰ (ASAD, 2000, p. 33), neste caso, o poder hegemônico.

⁹ “Como as ações das pessoas influenciam e são influenciadas por maiores estruturas sociais e políticas. No final dos anos 1970 e início de 1980, o sociólogo Anthony Giddens foi o primeiro a popularizar o termo agência e junto com antropologistas como Bourdieu e Marshall Sahlins focaram nas maneiras pelas quais as ações humanas são dialeticamente relacionadas à estrutura social de uma forma mútua constitutiva. Estes acadêmicos, em conjunto com marxistas como Raymond Williams, notaram que os seres humanos fazem a sociedade assim como a sociedade os faz”. (tradução nossa).

¹⁰ “Agência hoje serve principalmente para definir uma ação pessoal concluída a partir de uma rede indefinida de causalidade, atribuindo a uma responsabilidade atuante ao poder” (tradução nossa).

O termo agência, desse modo, demarca a sua complexidade relacional no trânsito da vida em sociedade, entre outras razões, por emergir sentidos “within semantic and institutional network that define and make possible particular ways of dealing with people and things”¹¹ (ASAD, 2000, p.35) por meio da linguagem, a qual intrinsecamente se preocupa com a capacidade humana de agir dentro dos agenciamentos, seja de forma emancipatória ou não. Por conseguinte, as agências também direcionam a favor da progressão humana numa estrutura democrática. Sem esta interferência, “os sistemas autoritários permaneceriam intactos e perdurariam para uma eternidade” (RAJAGOPALAN, 2013, p.35).

Em contrapartida, o agente de política linguística não possui autonomia integral de se posicionar politicamente frente às tomadas de decisões do poder, pois estão imersos às agências sistematicamente hegemônicas e, por consequência, protagonizam agenciamentos, nem sempre de cunho emancipatório, ainda que “os discursos hegemônicos não [sejam] estáticos e nem soberanos sobre seus efeitos” (PINTO, 2014, p.60).

De forma mais pontual, os agenciamentos caracterizam movimentos de gestão frente ao trânsito sociolinguístico que configuram nossas *práxis*, desafiando-nos a descobrir manobras suficientes que deem conta dos significados, os quais são compreendidos, nesse estudo, como uma “fusão da forma linguística com o contexto”, segundo a leitura de Silva; Alencar (2014, p.260) sobre Hanks (1996), a fim de aprimorar que “o significado é algo que ‘emerge’ da interação entre a língua e suas circunstâncias” (ibidem, p.260), e não, uma ferramenta isolada. Concomitante a este princípio, entram em cena neste momento as representações e as condutas dos agentes, as quais nos permitem articular a ideia de que “o ser humano ‘age’ ao conhecer e conhece ‘agindo” (RAJAGOPALAN, 2014, p.14), a fim de evidenciar as identidades políticas, sobretudo, as reflexões críticas dele.

Portanto, por meio dos agenciamentos, como a “organização das práticas de interação social, entre as quais estão as práticas linguísticas” (CORREA, 2014, p. 30), o agente da linguagem estampa a política e, sobretudo, a criticidade dele. A primeira, enquanto distante do que está ligado ao exercício do poder “político”, se instala no campo das “atividades explícita e lúcida que diz respeito à instauração das instituições

¹¹ “(...) dentro da rede semântica e institucional que define possíveis modos particulares de lidar com as pessoas e as coisas” (Tradução nossa).

desejáveis” (BAUMAN, 2000, p.90), que são garantidas pela última por caracterizar a “essência de toda autêntica política” (BAUMAN, 2000, p.90). Nessa perspectiva,

A reflexão crítica é guiada pela necessidade de examinar validade *de jure*¹² das instituições e significações humanas. A política é um esforço efetivo e prático para subjugar instituições que exaltam a validade *de facto*¹³ do teste da validade *de jure*¹⁴. E a democracia é um local de reflexão crítica que extrai sua típica identidade dessa reflexão. (BAUMAN, 2000, p.90).

De acordo com este sociólogo, a diferença entre a validade *de facto* e a *de jure* se orchestra da seguinte maneira:

A validade de facto é produto da inércia institucional que se levanta contra a incisividade da razão. (...). Uma sociedade que tende à tolerância só pode honrar a validade *de jure*, produto da reflexão e deliberação e que sabe que é isso e não outra coisa. Se a validade *de facto* é dada, a validade *de jure* é sempre *uma tarefa*, algo ainda a ser estabelecido, algo que se busca e nunca é encontrado de forma “absoluta”, definitiva, de uma vez por todas. (BAUMAN, 2000, p.89).

Diante destas implicações, se torna possível pensarmos que, ao ocorrer agenciamentos organizados por agentes linguísticos, há inevitavelmente a produção de reflexões críticas (re)estabelecidas e (re)visadas de forma contínua, em paralelo, movimentos políticos dotados da validade *de jure*¹⁵, de tarefas, as quais também se articulam de maneira inacabada, sempre por completar. A partir disso, as tarefas são “necessárias para que o conceito não se torne ultrapassado, descontextualizado, levando-se em conta os pontos de vista histórico, cultural e sociopolítico de modo que se verifiquem melhor as exigências prescritivas e estruturais” (CORREA, 2014, p.32).

Nesse viés, os agenciamentos podem ser emancipatórios ou não, entre outras razões, dependendo da gestão do agente de política linguística frente às validades, *de facto* e *de jure*, dadas, haja vista que “a busca pela validade *de jure* pede uma reflexão crítica e impede que qualquer coisa seja isentada desse exame, incluindo a si própria” (BAUMAN, 2000, p.89), ao contrário da validade *de facto*, a qual não necessariamente possui esta exigência, ressaltando a inércia ainda que não na totalidade. Em paralelo a esta discussão, as questões de liberdade dos agentes da linguagem atuam nos

¹² Grifo do autor.

¹³ Grifo do autor.

¹⁴ Grifo do autor.

¹⁵ Grifo nosso.

agenciamentos, uma vez que “a liberdade que de fato existe é definida como a ausência de restrições impostas por uma autoridade política” (BAUMAN, 2000, p.78), reiterando as reflexões sobre hegemonia desenvolvidas anteriormente.

Em meio a esta falta de liberdade, os agentes não são, na grande maioria dos casos, seres autônomos, pois “não são eles que formulam as regras que guiam seu comportamento nem estabelecem o leque de alternativas que podem perfilar e examinar ao tomar suas grandes e pequenas decisões” (BAUMAN, 2000, p.85). Embora esta ausência pareça opressiva para muitos dos agentes linguísticos, ela também se comporta como alento para outros, uma forma de comodismo às regras e aos comandos de uma voz superior. Para o sociólogo polonês supracitado, a falta de liberdade torna-se “opressão quando os agentes são forçados a agir contra a vontade e sofrem, portanto por não serem capazes de se portar de acordo com o próprio desejo e estarem a fazer o que não fariam por vontade própria” (BAUMAN, 2000, p.85).

Para tanto, a falta de liberdade dada aos agentes da linguagem é uma condição intrinsecamente dúbia, até mesmo, ambígua, facilitando as ações hegemônicas que, muitas vezes, se preocupam em mascarar a disciplina e a obediência das suas ordens: o “autoritarismo do poder pastoral sempre está à beira da opressão, mas com muita frequência tende a ser aceito com gratidão e mesmo procurado ansiosamente pelo rebanho, como garantia confiável de uma rotina cotidiana segura e certa” (BAUMAN, 2000, p.85).

Com o intuito de dialogar estas questões com situações efetivas de agenciamento selecionamos algumas passagens do artigo *Pragmática engajada: performances de resistência no funk carioca* da pesquisadora Adriana Carvalho Lopes (2014). O trabalho de Lopes (2014) refere-se ao movimento político dos *funkeiros* da cidade do Rio de Janeiro em agosto de 2008, numa militância que denuncia a marginalização histórica do ritmo e, conseqüentemente, dos seus envolvidos que se identificam, na sua grande maioria, a juventude negra de periferias e favelas.

É sabido que o *funk* de modo geral no Brasil, como poucas práticas musicais da história nacional, é alvo de iniciativas discriminatórias, as quais mobilizam forças que requerem ações políticas a favor do silêncio do som que vem “do morro” e invade, cada vez mais, “o asfalto”, metaforicamente. No Rio de Janeiro em especial, este ritmo “foi objeto de inúmeras leis, sanções e até mesmo de uma investigação instaurada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)” (LOPES, 2014, p.232), a fim de defender

que o funk corresponde a uma questão de segurança pública, em paralelo, um caso de polícia.

A fim de se posicionarem frente a estas acusações, aqueles que constituem o chamado universo do *funk* carioca (Lopes, 2014)- MCs, DJs, produtores e empresários - se reuniram numa audiência pública, no prédio da Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) com o objetivo, mesmo que intuitivamente, de mostrar que a linguagem é uma forma de ação política ministrada por agenciamentos endossados pela eleição e, primordialmente, pela responsabilidade social.

Em sua essência, os *funkeiros*, precursores desse movimento, buscavam “debater uma lei estadual na qual o funk seria reconhecido como um das maiores manifestações culturais da cidade do Rio de Janeiro” (LOPES, 2014, p.234), esta postura de caráter, primordialmente, político marcou, sobretudo, a presença de agenciamentos sustentados pelas perspectivas da reflexão crítica por visar à exposição, em paralelo, tanto a realidade social e política desse grupo quanto a necessidade da premência da legislação como tentativa de garantia dos direitos.

O princípio mobilizador desse movimento dos funkeiros caminha na direção, essencialmente, da respeitabilidade para com a voz e a identidade de agentes linguísticos marginalizados, que fazem parte de um coletivo, de uma nação e desejam, em efetivo, participar de forma ativa desta instituição. Dentro da assembleia pública, os agenciamentos naquele momento ocorreram por meio da arte musical, ferramenta esta de maior domínio dos agentes linguísticos que ali protestavam.

Durante a sessão, “alguns MCs, ao fundo da plenária, começaram a entoar os versos do famoso funk ‘Rap do Silva’, contagiando a todos e fazendo com que aquele parlamento cantasse” (LOPES, 2014, p. 235), a fim de emergir agenciamentos abstratos e subjetivos, que ultrapassam a hegemonia das leis e revelam a identidade e a subjetividade de cada um, sejam negros, favelados, travestis, *drag queens*. Nessa perspectiva, “por meio do funk, as vozes desses sujeitos, habitantes de posições sociais tão distantes dos padrões hegemônicos de uma classe média branca, faziam-se ouvir” (LOPES, 2014, p.236).

Com isso, observamos que os atos de fala estabelecidos nos versos do “Rap do Silva” permitem que os agentes linguísticos que acompanhavam ou não a sessão, se identificassem não somente com os funkeiros, mas também com o favelado, o negro, o pobre que pertence à classe oprimida. Esses atos de fala, portanto, se comportam como fatores modificadores e vetores de força com o discurso hegemônico, naquele contexto,

a fim de justificar as inquietações e as solicitações do grupo, que encontram na arte musical o alicerce para se posicionarem frente à agência. A hegemonia pode não ser rompida na sua totalidade, mas há uma reflexão crítica sobre ela, ou seja, uma tarefa incessante de (re)pensar as posições e os princípios deste poder na vida em comum.

Os atos de fala, nesta ocorrência, também demarcaram uma sociedade honrada para com a validade *de jure* no movimento prático de subjugar estruturas e instituições previamente definidas que não compreendiam, até aquele instante, que o *funk* é muito mais do que elemento motivador, mas uma necessidade da condição humana. O “Rap do Silva”, portanto, não estanca as discussões de política, articulando a outras duas vertentes: agenciamentos e hegemonias.

Rap do Silva MC Marcinho

*Todo mundo devia nessa história se ligar
Porque tem muito amigo que vai pro baile dançar.
Esquecer os atritos, deixar a briga pra lá
E entender o sentido quando o DJ detonar.*

*Era só mais um Silva que a estrela não brilha
Ele era funkeiro, mas era pai de família.*

*Era um domingo de sol, ele saiu de manhã
Para jogar seu futebol, deu uma rosa para a irmã.
Deu um beijo nas crianças, prometeu não demorar
Falou para sua esposa que ia vim pra almoçar.*

*Era só mais um Silva que a estrela não brilha
Ele era funkeiro, mas era pai de família.*

*Era trabalhador, pegava o trem lotado
Tinha boa vizinhança, era considerado.
Todo mundo dizia que era um cara maneiro
Outros o criticavam porque ele era funkeiro.*

*O funk não é motivo, é uma necessidade
É pra calar os gemidos que existem nessa cidade.
Todo mundo devia nessa história se ligar
Porque tem muito amigo que vem pro baile dançar.
Esquecer os atritos, deixar a briga pra lá
E entender o sentido quando o DJ detonar.*

*Era só mais um Silva que a estrela não brilha
Ele era funkeiro, mas era pai de família.*

*E anoitecia, ele se preparava
 Para curtir o seu baile que em suas veias rolava.
 Foi com a melhor camisa, tênis que comprou soado
 E bem antes da hora ele já estava arrumado.
 Se reuniu com a galera, pegou o bonde lotado
 Os seus olhos brilhavam, ele estava animado*

*Sua alegria era tanto, ao ver que tinha chegado
 Foi o primeiro a descer, e por alguns foi saudado.
 Mas naquela triste esquina, um sujeito apareceu
 Com a cara amarrada, sua mão estava um breu.
 Carregava um ferro em uma de suas mãos
 Apertou o gatilho sem dar qualquer explicação.
 E o pobre do nosso amigo, que foi pro baile curtir
 Hoje com sua família, ele não irá dormir!*

*Era só mais um Silva que a estrela não brilha
 Ele era funkeiro, mas era pai de família.*

*Mas naquela triste esquina, um sujeito apareceu
 Com a cara amarrada, sua mão estava um breu.
 Carregava um ferro em uma de suas mãos
 Apertou o gatilho sem dar qualquer explicação.
 E o pobre do nosso amigo, que foi pro baile curtir
 Hoje com sua família, ele não irá dormir!*

*Era só mais um Silva que a estrela não brilha
 Ele era funkeiro, mas era pai de família.*

(Letras.mus.br; 2014)

Analisando o “Rap do Silva” e as circunstâncias nas quais esses atos de fala foram entoados, é possível prever a partir da performatividade da linguagem que o ato “não é algo individual, haja vista um enunciado se deslocar (ou nunca se sustentar na individualização) do sujeito – falante/locutor em prol de toda transformação de seu ato de fala no jogo da recepção – *uptake*: a produção de sentido é mesmo incontável” (MELO, 2014, p.87). Para tanto, “nosso ato de fala, nesse momento, está comprometido com nossa leitura do objeto em análise, nossa interpretação sobre tal” (Ibidem, 2014). Dessa forma, o contexto no qual os atos de fala são administrados se torna elemento fundamental para que essa leitura seja produzida de maneira apurada e condizente com as mensagens apresentadas, seja pelo funkeiros ou pelo discurso hegemônico.

Silva e Alencar (2014) aprimoram a discussão ao afirmarem que:

Os contextos de uso não podem ser vistos como cenas isoladas de um eterno presente, onde dois ou mais indivíduos intencionais interagem; os contextos são, ao contrário, atos históricos e sociais onde dois ou mais agentes sociais interagem por meio da linguagem. O que tais agentes sociais pronunciam não são propriamente palavras, “carregadas” de significado violento ou não, mas “atos de fala”, que funcionam (ou falham) precisamente porque “ecoam ações prévias”. (SILVA; ALENCAR, 2014, p.260).

Por ora, podemos compreender, de acordo com as discussões desenvolvidas sobre a presença do agente e do agenciamento, que não há casos ou ferramentas direcionadas à linguagem e à política de caráter estanque ou inerte, nem mesmo, o discurso hegemônico, em especial, porque “agency is emergent in sociocultural and linguistic practices”¹⁶, nos permitindo “recognize that actions are Always already socially, culturally, and linguistically constrained”¹⁷ (AHEARN, 2000, p.13), a fim de reiterar a hipótese de que os agenciamentos por meio das intervenções políticas e os atos de fala são delimitados, na grande maioria, pelo viés linguístico.

3.3 Agenciamentos e atos de fala: uma questão de linguagem

A ideia de construção permanente e dialógica das práticas discursivas estabelecidas pelos agenciamentos mostra-nos que a língua ultrapassa o conceito que a limita a um conjunto de signos (SAUSSURE, 2006), atingindo uma esfera ampla de linguagem, por conseguinte, de sociedade e de política, reafirmando a ideia encontrada em Austin (1962) por meio das leituras de Pinto (2006) no que concerne à informação de que todo ato linguístico corresponde a uma ação isenta de neutralidade, politicamente estabelecida a partir de uma posição valorativa. Nossa pesquisa, portanto, caminha ao encontro das perspectivas da filosofia da linguagem ordinária: língua em trânsito aliada aos agentes linguísticos e os agenciamentos deles, conforme sustentam as abordagens pragmáticas.

Esta ferramenta científica dos estudos da linguagem, a pragmática, se estabelece no sentido inverso as outras ciências linguísticas, entre outras razões, por sustentar uma “forte recusa a teorizar apressadamente, a partir da posição de que tudo tem que começar por uma teoria”, ao contrário, “os pragmatistas contemporâneos acreditam que a teoria não é causa; ela é, na melhor das hipóteses, uma consequência do trabalho

¹⁶ “Agência é emergente nas práticas socioculturais e linguísticas” (Tradução nossa).

¹⁷ “Reconhecer que as ações são, quase sempre, socialmente, culturalmente e linguisticamente restritas” (Tradução nossa).

investigativo” (RAJAGOPALAN, 2014, p.13), e é com este olhar de investigação que buscamos apurar a relação entre os agenciamentos e os atos de fala a partir das perspectivas política e linguística, as quais abarcam a ideia de que “em momento algum podemos nos dar o luxo de pensar que estamos fora da linguagem; é nesse sentido que a linguagem pode ser considerada “envolvente”. (RAJAGOPALAN, 2014, p.13).

A linguagem, nesse viés, é um fenômeno que se comporta como a base e o veículo pelo qual os agentes constroem seu processo de busca pela completude, a fim de fazer história por meio dos seus atos de fala (AUSTIN, 1962). Essa possui o caráter de construir, reconstruir e destruir realidades, as quais não podem ser dominadas na sua totalidade por ser humanamente impossível saber todos os contextos e situações que dialogam no mundo.

Sequente a essa hipótese, podemos pensar que somente temos conhecimento de uma fração da realidade, especificamente, aquela em que nascemos e de que fazemos parte durante a vida. A descrição e a interpretação dessa parcela de conhecimento nos são transmitidas por gerações anteriores, nas quais nós confiamos por meio da linguagem politicamente lapidada, configurando uma das relações entre os agenciamentos e os atos de fala que atuam nas nossas práticas linguísticas. Isso nos possibilita pensá-la como:

Um sistema social de signos que mediatiza as respostas dos membros de uma comunidade uns aos outros. Compreender uma linguagem é empregar apenas as combinações e as transformações dos signos que não são proscritas pelos usos do grupo social em questão, é denotar objetos e situações como o fazem os membros do grupo, experimentar as mesmas expectativas e antecipações que os demais em presença de certos signos-veículos e exprimir como os outros os estados em que nos encontramos. Em suma, compreender uma linguagem, utilizá-la corretamente, é seguir as regras do uso corrente em uma comunidade social dada. (ARMENGAUD, 2006, p.50).

As questões de linguagem, portanto, correspondem às descrições e interpretações que não apenas nomeiam objetos fisicamente estabelecidos, mas as políticas e as representações culturalmente firmadas, a fim de acentuar que os agentes linguísticos são introduzidos a uma história e a uma sociedade desde o momento do seu nascimento e que a sua intercessão junto ao objeto é operada por meio dos atos de fala estabelecidos, sobretudo, enunciados performativos, os quais sustentam a ideia de que “a linguagem não é descrição do mundo, mas ação” (PINTO, 2006, p.57).

Imersas a esta ação, estão as ideologias linguísticas, conseqüentemente, o poder hegemônico, que caracteriza um fenômeno dúbio entre a inclusão e a exclusão, o prestígio e o estigma, a construção e a destruição, a fim de operar sobre as linguagens e as estruturas sociais. As ideologias linguísticas, em linhas gerais, firmam as representações, as ideias e as percepções dos agentes num movimento conectivo entre as formas linguísticas e as subjetividades. Em outras palavras, estamos tratando de um “paradigma empírico que evita referir-se aos fenômenos sociolinguísticos como dados, enxergando-os, ao contrário, como fenômenos construídos e interpretados dentro de realidades localizadas”. (BLOMMAERT, 2014, p.67).

O poder disseminador das ideologias linguísticas surte efeitos significativos na sociedade, na medida em que promove debates sobre a presença de algumas formas linguísticas no trânsito comunicativo, por conseguinte, dos seus falantes, tanto para os benefícios de determinadas línguas quanto para a deturpação de outras, concomitante dos seus usuários. De forma mais efetiva, podemos pensar que o fato de considerarmos uma forma linguística superior a outra em virtude do seu *status* social e por ter sido arte fatualizada caracteriza uma manobra dessa ideologia, uma vez que permite que aquele que tem acesso a essa língua seja considerado e considere a si mesmo como superior intrínseca e fundamentalmente (BLOMMAERT, 2014). Este filósofo endossa ao lembrar que:

Isso também, em qualquer lugar, leva a um impasse no debate sobre as línguas minoritárias: foi suficiente invocar os obstáculos infraestruturais intransponíveis postos diante das línguas minoritárias (a falta de uma ‘gramática’, uma ‘ortografia’, um ‘dicionário’) para condenar os falantes de línguas minoritárias a definir suas línguas como “a língua doméstica” ou “da comunidade”, não a “do progresso”, “da ciência” ou “dos negócios” (BLOMMAERT, 2014, p.73).

Desse modo, nos torna possível observarmos que a influência das ideologias linguísticas é fundamental tanto para romper com a desigualdade na linguagem quanto para cultivá-la negativamente, dentre outras razões, por estarmos nos referindo, sobretudo, a atuação da reflexão crítica e da política no poder que opera por meio da “estratificação, pelo processo não igualitário de construção de camadas e pela ordenação de variantes grandes e pequenas em relação à percepção de uma ordem social e cultural desejada” (BLOMMAERT, 2014, p.76).

As ideologias linguísticas, portanto, não englobam somente direções identitárias individualizadas, mas também subjetivas e coletivas, a fim de caracterizar direções estabelecidas através de vários olhares que, muitas vezes, precisam ser (re)adequados em comunidade a partir de ‘visões de mundo’ voltadas para as realidades da língua como parte daquele determinado contexto. Sustentados por este princípio, se torna válida a promoção de um contrato social endossado pelas abordagens contemporâneas da linguagem, acordo este que “consiste numa série de regras compartilhadas, com as quais os falantes tacitamente concordam para seu benefício individual e mútuo” (LEEZENBERG, 2014, p.47), caracterizando um aspecto consensual da comunicação linguística.

Este agenciamento nos permite pensar, a partir dos estudos pragmáticos, em duas entradas: a questão do uso da língua e das práticas sociais, entre outras inquietações linguísticas. A primeira nos garante a compreensão de que a língua, intrinsecamente, corresponde a uma ação simultânea e coordenada entre os agentes, numa “tentativa de integrar aspectos cognitivos e sociais da linguagem” (LEEZENBERG, 2014, p.48). Este diálogo que é perene não possui a garantia de êxito e as tentativas de integração se tornam, muitas vezes, sucessivas e necessárias no trânsito linguístico.

O uso da língua compõe as práticas sociais, as quais são constituídas tanto pela estrutura macrossocial quanto pelos agenciamentos. Portanto, as abordagens baseadas nessa prática ressaltam que “a ação social (incluindo a comunicação linguística) não é nem completamente intencional e objetiva, nem plenamente redutível a estruturas e regras convencionais” (LEEZENBERG, 2014, p.51). O uso da língua e os agenciamentos são impressos, essencialmente, por meio dos atos de fala num processo linguístico conduzidos por três dimensões: “procede de alguém (há alguém que fala), dirige-se para alguém (o outro) e procura persuadir, convencer (em maior ou menor grau)” (BACCEGA, 2007, p.32).

Este jogo linguístico exige que o agente se aproprie do elemento coletivo, ou seja, assenhora-se da cultura encontrada, a fim de reproduzi-la ou inová-la num processo de comunhão, uma vez que somente suas identidades não atestam a comunicação e suas necessidades comunicativas. Para tanto, não descartam os valores e os sentidos disseminados pelas gerações que o antecederam, afinal, “o novo é sempre resultado do que já era” (BACCEGA, 2007, p.32).

Nesse intercâmbio linguístico, os atos de fala se comportam como elemento diferenciador, na medida em que “as palavras não informam algo, não dão conta exatamente de uma descrição das ‘coisas que existem no mundo’, mas de como a língua é usada, de como se age com a linguagem” (MELO, 2014, p.84), e que discursos permanentemente repetidos constroem efeitos que configuram ações práticas, tornando-os válidos no contexto comunicacional, pois, “quando falamos sobre como as coisas no mundo são ou como os eventos aconteceram, o que fazemos não é simplesmente descrever coisas ou eventos, mas produzir efeitos que constroem o que alegamos descrever”. (MELO, 2014).

Estes efeitos configurados pelas descrições dos agentes e que se tornam ações são produzidos por meio de três atos que se postulam paralelamente, sendo eles, locucionários, ilocucionários e perlocucionários, de acordo com as teorias dos atos de fala baseadas em Austin. Em reflexão, podemos compreender o primeiro como um “ato de enunciar cada elemento linguístico que compõe a frase” (SILVA, 2014), ou seja, consiste numa informação dada através de um determinado enunciado, tendo como suporte tanto o vocabulário quanto as articulações entre a sintaxe e a semântica; nas palavras de Ottoni (1998, p.35), é o “lugar em que se dá a significação no sentido tradicional”.

Os atos ilocucionários são as ações realizadas na linguagem no momento em que se pronuncia o enunciado, concomitantemente, refletindo a posição do locutor em relação ao que ele diz (Pinto, 2006). Este ato pode ser observado em inúmeras realizações linguísticas, entre elas, citamos como exemplos os enunciados que se iniciam com ‘eu prometo’, a fim de emitir uma informação e exercer, ao mesmo tempo, uma ação.

Os atos perlocucionários estão relacionados às intervenções que, nem sempre, derivam do interesse propriamente linguístico e que configuram algumas consequências sobre o interlocutor e o locutor da mensagem, pois são atos que correspondem às ações de: “convencer, emocionar, irritar, intimidar” (ARMENGAUD, 2006, p.101), a fim de produzir algum efeito no interlocutor. São atos que não se realizam na linguagem, mas pela linguagem.

Esses três atos de fala inseridos num enunciado exploram a força e o sentido que ele produz dentro e fora do discurso, nos permitindo pensar que os “fenômenos linguísticos não são puramente convencionais, mas sim compostos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem” (PINTO, 2006, p.48), construindo uma forma de fazer política no

“anseio de se chegar à compreensão do que se institui coletivamente” (CORREA, 2014, p.27).

Frente a estas reflexões direcionadas à visão performativa da linguagem, podemos pensar que não há como desassociar o objeto de análise linguística do agente linguístico e isto tem a ver, dentre outras razões, com as percepções humanas e políticas exigidas para o estudo das abordagens pragmáticas. Diante dessa perspectiva, Austin (1962) na leitura de Ottoni (1998) rompe com a distinção entre performativo e constativo, além disso, com a relevância da ideia de verdade e falsidade nas abordagens voltadas à linguagem, assegurando que todo enunciado é, simultaneamente, performativo e constativo, de acordo com o contexto no qual está inserido.

Isso nos mostra que o viés performativo dos agentes linguísticos é ao mesmo tempo ação e enunciado, desse modo, “ele deve ser suscetível de estar acima do padrão de todas as maneiras de ser da ação em geral e também do enunciado em geral” (OTTONI, 1998, p.113). Para ilustrar, lembramos que “o performativo pode ser emitido sob restrições ou por acidente; pode apresentar problemas de sintaxe ou de mal-entendidos; pode aparecer num contexto pouco ‘sério’, numa peça de teatro, talvez, ou num poema” (OTTONI, 1998, p.113), configurando tanto a sua amplitude constativa quanto a sua expansão no que concerne à ação.

Os estudos austinianos, em relação ao julgamento de feliz ou infeliz e verdadeiro ou falso atribuído aos enunciados performativos e constativos, afirmam que somente o último pode ser julgado como verdadeiro ou falso, já que os performativos não são nem verdadeiros nem falsos, mas felizes ou infelizes. No entanto, podemos observar que os constativos também estão sujeitos à felicidade ou infelicidade tanto quanto os performativos. Entre diversos exemplos, podemos mencionar situações em que afirmamos coisas incompatíveis com os nossos enunciados, havendo uma quebra de compromisso: “quando digo ‘eu te desejo boas-vindas’ e em seguida começo a te tratar como um inimigo ou um intruso” (OTTONI, 1998, p.118).

Ao mesmo tempo, não podemos afirmar que os enunciados performativos, por não serem julgados como verdadeiros ou falsos, estão salvos de críticas. Ottoni (1998, p.120) nos apresenta a seguinte ilustração: “Admitamos que você tenha conseguido o veredito devidamente e de boa fé, declarando o acusado culpado; resta saber se o veredito foi justo ou equitativo”, além disso, devemos admitir que “você tem o direito de censurá-lo como você fez, que você não o fez por maldade; podemos, apesar de tudo, nos perguntar se a sua reprimenda foi merecida”, de acordo com as ocorrências da

ocasião. Nesse contexto, não está em conflito somente as noções e julgamentos de feliz ou infeliz desses atos de fala, mas também as de verdade e falsidade.

Não podemos afirmar, portanto, que todos os enunciados performativos e constativos sofrem esta durabilidade no que concerne à visão performativa da linguagem, a fim de levar em conta uma norma. Entre outras questões, o que está claro é a atuação concomitante desses enunciados e a necessidade de se considerar uma porção de informações linguísticas e extralinguísticas em diversas dimensões, a fim de levar em conta, além dos fatos, “as situações de quem falou, a finalidade com a qual falou, seu auditório, questões de precisão etc” (OTTONI, 1998, p.121) de forma incessante, demarcando a funcionalidade dos estudos permanentes “do que se faz ao dizer alguma coisa, em todos os sentidos desta frase ambígua, e do que chamamos de ato de fala, não sob tal ou tal aspecto somente, abstração feita de todo o resto, mas tomado na sua totalidade” (OTTONI, 1998, p.121).

Em linhas gerais, os atos de fala, portanto, se preocupam em discutir “a materialidade e a historicidade das palavras”, estabelecendo uma teoria que reflete sobre “a possibilidade de explicar questões, exclamações e sentenças que expressam comandos, desejos e concessões” (PINTO, 2006, p.57) e compreender a linguagem como uma “atividade construída pelos/as interlocutor/as” (ibidem). Além disso, não há como desconsiderar que os atos de fala, na grande maioria, produzem efeitos ambíguos, “podendo expressar tanto uma promessa quanto uma ameaça, e assim por diante” (PINTO, 2006, p.59), dessa forma, se torna necessário que o agente linguístico se baseie em indícios presentes nos contextos de fala, os quais sobressaem o campo linguístico, possibilitando interpretações mais apuradas.

Diante disso, compreendemos, sobretudo, que os atos de fala são, em essência, ferramentas que produzem efeitos nos agentes linguísticos e nos agenciamentos deles, imprimindo sua política e sua criticidade, que se estabelecem por meio da desconstrução e da ideia de emancipação linguística. Na sequência, desenvolveremos essas reflexões através do estudo da identidade política de Graciliano Ramos, a fim de tentar entender como estas marcas atuaram nas práticas linguísticas e sociais do escritor de *Vidas secas*, e que, de alguma forma, refletiram nas suas obras.

4. UMA IDENTIDADE POLÍTICA: GRACILIANO RAMOS

A noção de identidade estabelecida por esse romancista nacional, a partir das histórias de vida e de ficção dele, vai ao encontro de uma consciência sociológica que demarca o núcleo interior e exterior desse agente social não por meio da autonomia, tampouco, da autossuficiência, mas na relação com o outro num movimento de mediação de valores, sentidos, símbolos e representações do mundo, ou seja, da reflexão crítica e do viés político.

Graciliano Ramos, subsidiado pelas ferramentas formadoras transmitidas por gerações anteriores e lapidadas por ele, configurou as suas histórias de vida e de ficção sem deixar à margem suas identidades e subjetividades, as quais vão além de processos psíquicos inconscientes, se concentrando em exercícios contínuos de (re)formulação ao longo do tempo. Desse modo, é notória a atuação de suas personalidades múltiplas e processuais que não se limitam exclusivamente à interioridade ou ao exterior do agente, uma vez que há comunhão de ambos em uma instância dialética.

Nessa articulação, ressaltam-se as condições humanas e sociais, as quais exigem, primeiramente, a identificação de si como “um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação (...), ao qual o agente pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar” (SCRUTON, 1986 apud HALL, 2006, p.48), a fim de, na sequência, tentar se denominar um ser autônomo. Em meio a esta manobra, há um confronto permanente entre um arsenal de identidades, entre as quais o agente social pode efetuar várias escolhas, sendo uma delas a identidade política.

Esta permitiu a Graciliano se posicionar frente às ocorrências da vida em comunidade, vinculando-as a sua criticidade. O romancista expõe sua identidade dentro e fora da ficção num movimento ativo sobre as vicissitudes da humanidade sem se curvar passivamente às pressões do mundo, ao poder hegemônico. Resultante as suas posturas reflexivas desde a infância até sua morte, seus textos literários estampam suas experiências e realidades de forma aprimorada, não menos, política, a fim de exigir do leitor leituras além da superficialidade num movimento de “aparelhar-se do espírito de jornada, dispondo-se a uma experiência que se desdobra em etapas e, principiada na narração de costumes, termina pela confissão das mais vividas emoções pessoais” (CANDIDO, 2012, p.17).

A identidade política de Graciliano se revela por meio de uma literatura intelectual e sociologicamente controlada, preocupada com os significados e os sentidos

das palavras, as quais são mais do que uma entidade, são um instrumento que vislumbra, essencialmente, a comunicação. Esse escritor, portanto, evidencia uma literatura de construção crente nas palavras, nas escolas, nas revisões ortográficas, nas classes operárias e nas classes marginalizadas, num processo de estruturação das linguagens para a edificação das relações, tornando a linguagem e o agente de política linguística um elemento único.

Graciliano, seguindo a essência do texto em prosa, configura as palavras como elementos revolucionários por meio do seu poder nomeador (SARTRE, 1999), reafirmando a ideia de que, para participarmos do mundo, é preciso saber nomeá-lo e, para isto, devemos possuir uma linguagem. Esta identidade política atuante na escrita de Graciliano, a qual não deixa o leitor ser inocente perante o mundo, pode ser marcada, por exemplo, num dos fragmentos do livro *Vidas secas*, publicado no ano de 1938, que narra os primeiros momentos dos personagens Menino mais velho e Menino mais novo na cidade, admirados com as vitrines e as luzes que aquele ambiente, até então desconhecido, oferecia. Nas palavras do romance:

Comunicaram baixinho um ao outro as surpresas que os enchiam. Impossível imaginar tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas, as moças bem vestidas. Encolheu os ombros. Talvez aquilo tivesse sido feito por gente. Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem. (RAMOS, 2011, p.82).

O ficcionista deste texto literário nos permite pensar sobre a realidade marginal de duas crianças sem habilidade linguística, entre outras razões, por não terem a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino, devido às próprias condições de escassez que a vida marginalizada lhes proporciona junto aos pais, Fabiano e Sinhá Vitória. A identidade política do escritor emerge, neste trecho, aliada, entre outras inquietações, à defesa da escola, principalmente, de algumas aprendizagens

fundamentais aos agentes linguísticos, as quais somente são desenvolvidas e aperfeiçoadas neste espaço e que podem apurar as reflexões críticas e as políticas do aprendiz, tanto sobre as práticas sociais quanto as práticas linguísticas dele.

Portanto, uma das mensagens implícitas dessa passagem procura nos mostrar que a necessidade de se estar na escola não se limita ao desenvolvimento das habilidades de ler e escrever, mas saber representar o contexto em que vive por meio das palavras, algo deficiente nessas crianças, afastando-as do ato de desvendar seu lugar, a fim de modificá-lo. Nessa perspectiva, Graciliano procura apurar e apresentar os universos, entre eles os do oprimido, através da escrita engajada, não deixando o leitor confortável ou ingênuo diante da realidade, buscando estimular a formação de agentes linguísticos e sociais reflexivos que conseguem ver na literatura uma oportunidade de contestar o mundo.

Graciliano, a partir das suas posturas de escritor político, produz uma literatura modificadora por meio da sensibilidade e da comoção do leitor, estampando a liberdade deste em modificar e alterar, resultante das suas percepções, o texto literário em si. Dessa forma, todo caráter reflexivo e político atuante nos romances caminha a favor do deslocamento do território seguro, tanto do escritor quanto do leitor. Para isto, esse ficcionista, dotado de um poder crítico, resgata nos textos aqueles que não têm visibilidade na sociedade a que pertencem, a fim de torná-los, efetivamente, agentes sociais, iniciativa esta realizada pelo escritor com o personagem Paulo Honório, de São Bernardo (1934), intensificando em *Vidas secas* (1938) com Fabiano e sua família.

Nessa linhagem política, é possível observar que Graciliano possui, além de uma língua identitária, uma língua universal, a qual lhe possibilita remeter e representar os oprimidos (FREIRE, 1987), embora não fizesse parte desse grupo. A partir deste princípio, escreveu sobre e aos retirantes em *Vidas secas* (1938), as mulheres em *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936), os presidiários em *Memórias do Cárcere* (2011), entre outros, todos com a intenção de uma arte clara, na qual a linguagem se configura como uma ação, ou seja, um veículo pelo qual o escritor age.

Com o intuito de dialogar as marcas da identidade política de Graciliano como escritor com as suas histórias de vida e compreender que a sua linguagem e a sua política contemplam, sobretudo, o mundo real, selecionamos, neste momento, algumas passagens do livro *Infância* (1981), no qual o romancista relata as ocorrências e as personalidades que marcam a sua “meninice” em Viçosa no agreste de Alagoas, sua cidade natal, perpassando por Palmeira dos Índios, município em que é criado e passa

grande parte da sua vida. Nesse espaço, o romancista constrói suas principais experiências e vive seus conflitos mais atenuantes, seja como escritor ou como pessoa física, estabelecendo uma visão altamente politizada da língua, da cultura, do ensino, até mesmo, da própria política.

Na obra supracitada, Graciliano tem como foco, de acordo com as nossas percepções, não somente expor a relevância da leitura do código, mas também da leitura de mundo, a fim de dialogar com as principais iniciativas do regionalismo, movimento literário ao qual a obra pertence, imprimindo, por meio da linguagem, o que a sociedade pensa, além de valorizar a figura e a cultura popular, dar respostas sociais e, primordialmente, promover iniciativas de crítica social. A identidade política desse escritor atua em diversas ocorrências das suas obras escritas e publicadas nos anos 30, no entanto, concentramo-nos, por ora, no texto literário *Infância* (1981).

Logo nos primeiros capítulos da narrativa, o romancista descreve seus conflitos durante o processo de alfabetização. Graciliano, diferentemente da maioria das crianças na idade de ser alfabetizada, tem evidentes dificuldades que limitam seu desenvolvimento na aprendizagem do código linguístico, mas as leituras de mundo são apuradas. Embora criança, ele tem consciência de que as letras e os ensinamentos dos materiais didáticos o aprisionam e o afastam do seu contexto social e das suas práticas sociais e linguísticas reais, uma vez que a linguagem conhecida pelo romancista, de acordo com as suas percepções, vai de encontro com a linguagem exigida e ensinada pelos métodos de alfabetização.

Graciliano, enquanto criança, aprende com todos independentemente da formação letrada do educador, o que oferece a ele suporte suficiente para se posicionar de forma crítica frente ao seu processo de aprendizagem, reafirmando as tarefas (BAUMAN, 2000) e reflexões permanentes e inacabadas em relação ao ensino. Em decorrência, esse escritor, ao longo dos anos, desenvolve suas habilidades de escrita e de leitura, efetivamente, após conhecer e se interessar pela biblioteca de Seu Jerônimo, tabelião de Palmeira dos Índios que cultivava uma série de livros em sua casa, emprestando-os aos que desejassem lê-los. Com estas leituras, o ficcionista se torna mais crítico e apura os agenciamentos dele, além de se tornar autodidata e poliglota, mostrando que nem a escola nem os pais foram seus formadores, mas a biblioteca.

Esse personagem da história de vida do romancista, Seu Jerônimo, desperta respeito e admiração no escritor pelo ofício que exerce e pelos exemplares literários que possui. Graciliano relata em *Infância* (1981) que a motivação para procurar Seu

Jerônimo e pedir-lhe livros emprestados é sua “necessidade de ler, não os compêndios escolares, mas aventuras, justiça, amor, vinganças, coisas até então desconhecidas” (RAMOS, 1981, p.220), a fim desvendar outros mundos através da descoberta da linguagem.

A primeira obra cedida pelo tabelião é *O Guarani* (1857) de José de Alencar, a partir desta leitura, Graciliano em poucos meses leu a biblioteca de Seu Jerônimo Barreto, mudando hábitos e linguagens (RAMOS, 1981). Por fim, o ficcionista lembra que “a única pessoa real e próxima era Jerônimo Barreto, que me fornecia à provisão de sonhos, me falava na poeira de Ajácio, no trono de S. Luís, em Robespierre, em Marat”. (RAMOS, 1981, p.225), uma vez que o prazer das leituras o torna ainda mais distante da família, que não compreende ou estimula os novos hábitos do escritor.

Sabemos que, inicialmente, o processo de alfabetização de Graciliano não é no espaço escolar, mas em casa por incentivo e desejo do pai, o qual também não deixa de ser um agente de política linguística. Esta identidade do pai do escritor pode ser observada no instante em que, numa breve conversa, ele alerta ao filho sobre a importância da aprendizagem do código linguístico na vida em sociedade e, assim, a valorização daquele que possui este conhecimento: a palavra, afirmando que “as pessoas familiarizadas com elas dispunham de armas terríveis” (RAMOS, 1981, p.106), o que parece absurdo a Graciliano que, naquele momento, não compreende a relação entre armas e letras feita pelo pai.

Seu Sebastião Ramos de Oliveira, pai do escritor, mostra com esta associação não somente seu agenciamento firmado criticamente frente às inquietações sociais, mas também emerge as leituras de mundo dele, dentro e fora, do contexto árido e isolado do interior do Nordeste brasileiro, no qual eles moravam. Nesse ambiente, Seu Sebastião, provavelmente, sabia que, sem o conhecimento do código da língua, endossado pelas políticas linguísticas, os filhos não teriam oportunidades e se limitariam àquele espaço.

Além disso, há também a questão do prestígio social, pois um filho com esse conhecimento se igualaria às respeitadas personalidades da cidade como o Padre João Inácio e o advogado Bento Américo (RAMOS, 1981), os quais eram considerados pelo pai de Graciliano padrões a serem seguidos, o que não motiva o menino a querer aprender as letras que são impressas nas revistas e folhetos e chegam à loja de tecidos do pai, entre outros motivos, porque o escritor não deseja seguir os modelos admirados pelo pai, evidenciando o caráter político e as instituições desejáveis, mencionadas por Bauman (2000), de Graciliano.

Durante o processo de alfabetização, através da criticidade e da política do ficcionista, todas as informações que lhe são passadas sobre o código linguístico geram inquietações e conflitos, visualizando o processo de alfabetização como uma escravidão imposta arditamente (RAMOS, 1981). Um dos seus questionamentos era relacionado à palavra *ter-te-ão* que ouvira do pai ao pronunciar que “A preguiça é a chave da pobreza – quem não ouve conselhos raras vezes acerta – fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”. Seu Sebastião com estas palavras se referia à má vontade do filho em se dedicar aos estudos, resultando nas dificuldades de aprendizagem da criança, segundo a perspectiva do pai.

A palavra em questão não fazia parte do vocabulário de Graciliano naquele momento, não lhe fazendo sentido, tampouco, obtendo um significado. Aguçado pela insatisfação frente àquelas letras, o escritor procura saber quem era ou ao que correspondia *ter-te-ão*, sem obter respostas, estabeleceu maior distância e desprazer em relação ao aprendizado linguístico, entre outras razões, por caracterizar uma língua distante das suas práticas, conseqüentemente, das necessidades dele.

A identidade política desse ficcionista também pode ser observada naquele instante da infância, no que corresponde à escola, a qual lhe soa como castigo, uma vez que, para ele, “segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde enviavam as crianças rebeldes” (RAMOS, 1981). Enquanto criança, ele não entende as motivações que o levariam para aquele espaço que não podia ser negado e em que, certamente, iriam lhe apresentar outras palavras incompreensíveis e distantes da sua realidade e do seu vocabulário como *ter-te-ão*, a fim de lhe cobrar explicações sobre elas, o que promoveria maiores dramas. Vendo a escola como um exílio violento, sem direito à resistência, como foi todo o processo de alfabetização norteadado pelo pai, o romancista lembra que procurou:

Na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras. Certamente haveria unia tábua para desconjuntar-me os dedos, um homem furioso e bradar-me noções esquivas. Lembrei-me do professor público, austero e cabeludo, arpiei-me calculando o vigor daqueles braços. Não me defendi, não mostrei as razões que me fervilhavam na cabeça, a mágoa que me inchava o coração. (RAMOS, 1981, p.113).

Nessa linhagem, é possível notar que o escritor já nos primeiros anos da sua infância articula de forma reflexiva e política a relação do agente linguístico com a

escola, uma vez que esta não é uma das suas instituições desejáveis. Graciliano compreende que naquele espaço ele ficaria preso aos ensinamentos de uma metodologia e aos conhecimentos de um professor, tendo que dominar, por obrigação, uma língua que não lhe representa (língua padrão), ao contrário das variedades linguísticas e dos saberes que aprendia com as pessoas a sua volta, os quais lhe faziam maior sentido, a fim de demarcar o descompasso entre a língua em uso e a língua ensinada na escola.

Enquanto o contexto escolar se torna um inimigo que lhe aprisiona, a aprendizagem literária e social oferecida por aqueles que fazem parte do seu cotidiano e possuem um caráter formador imprime a libertação, a ideia de autonomia do escritor através da linguagem, além de ser o veículo pelo qual ele conhece seus conflitos. Entre esses agentes sociais formadores, ressaltamos D. Maria, uma das primeiras professoras de Graciliano nas séries iniciais, a qual nas palavras do escritor encena uma alma infantil, uma vez que “o mundo dela era o nosso mundo, aí vivia farejando pequenos mistérios nas cartilhas; tinha dúvidas numerosas, admitia a cooperação dos alunos, e cavaqueiras democráticas animavam a sala” (RAMOS, 1981, p.120).

D. Maria não conhecia com propriedade todos os conhecimentos que as cartilhas exigiam que ela ensinasse aos alunos, havendo deficiências nos esclarecimentos das dificuldades do grupo estudantil, no entanto, ela não deixava de ensiná-los alguma lição, entre delas, a higiene, a qual não pertencia à rotina familiar da maioria das crianças do sertão, como Graciliano, devido as suas condições de vida: escassa e árida. Em *Infância* (1981), o romancista lembra uma das passagens em que D. Maria vistoria a higiene das suas orelhas na escola, ação esta que lhe soou muito mais do que uma advertência física, mas primordialmente moral.

D. Maria, num discurso, afastou-me as orelhas do rosto, aconselhou-me a tratar delas cuidadosamente. Isto me encheu de perturbação e vergonha. Se a mulher me desses cocorotes ou bolos, eu me zangaria, mas aquela advertência num rumor leve deixou-me confuso, de olhos baixos, com desejo de meter-me na água, tirar do corpo as impurezas que ofereciam vistas exigentes. Nunca minha família se ocupava com semelhantes ninharias, e a higiene era considerada luxo. (RAMOS, 1981, p.121).

O menino, aflito com as cobranças da professora, cria um hábito exagerado no que corresponde a sua higienização com receio de advertências morais e psicológicas mais severas do que insultos e gritos. Nesse viés, a identidade política desse romancista pode ser observada nesse episódio da sua infância, na medida em que ele soube

absorver, por meio das palavras de D. Maria, a relevância da higiene na formação do agente social e que as palavras também podem agredir e ensinar, deslocando-o da zona de conforto, assim como as agressões físicas, as quais sofreu durante toda a sua infância.

Além disso, Graciliano consegue observar, a partir dessas ações de D. Maria, mais do que movimentos a favor da alfabetização, mas do letramento, do conhecimento de mundo, o qual não se limita ao ensino e aprendizagem do código, ultrapassando os muros da escola no intuito de formar mais do que um intelectual, um cidadão. Frente a esta postura, Graciliano reproduziu não somente a política e a reflexão crítica dele como um todo, mas primordialmente, seus agenciamentos, os quais perpassam a política, as políticas linguísticas e as tarefas sustentadas pela variedade *de jure*, sempre tendo por base as perspectivas da desconstrução.

Podemos reforçar, portanto, que a escola não é a formadora efetiva do romancista, mas os agentes sociais e linguísticos que o cercam como, por exemplo, D. Maria, a fim de lhe proporcionar conhecimentos próprios e condizentes com as suas necessidades naquele momento. Entre estes saberes, destacamos a sua descoberta no que concerne ao valor das palavras e, em paralelo, sua condição na família. Enquanto criança, Graciliano sofreu uma doença nos olhos que lhe deixou cego durante semanas, uma deficiência que serviu para que o romancista valorizasse as palavras e refletisse sobre a sua relação familiar.

O escritor era o primeiro dos dezesseis filhos numa realidade marcada pela estiagem e a secura da terra nordestina que refletia na rudeza dos pais, os quais se impunham por meio de violências morais e físicas. Dessa forma, a infância deste romancista tem como suporte agressões e temores, entre outras razões, por sua alfabetização tardia, diferenciando-o das demais crianças, além das supostas desobediências do filho. Em relação à postura dos pais, Graciliano lembra que “a mínima transgressão implicava admoestações humilhantes e/ou castigos brutais” (MORAES, 2012, p.24), restringindo a sua infância a medo e a pavor.

A fim de retornar a sua cegueira durante a infância, observamos outros atos político e crítico do escritor como, por exemplo, o exercício de aprender a ouvir, sem o recurso da visão, Graciliano tentou dar sentidos às palavras através da audição das rezas da vizinha D. Conceição, dos pedaços de conversas, das lamúrias de criança, do chiar da água a ferver, das cantigas desafinadas de sua mãe (RAMOS, 1981). De uma maturidade crítica, Graciliano relata que:

Na escuridão percebi o valor enorme das palavras. Em dias de claridade e movimento entreteinha-me a observar a loja e o armazém, percorria alguns metros do largo e alguns metros da Rua de Palha, de casa para a escola, da escola para casa. (...) Agora a sombra espessa cobria tudo (...). Mas os ruídos avultavam, todos os sons adquiriam sentido. (RAMOS, 1981, p.140).

Desse modo, ele observa diante das hostilidades e da antipatia dos pais, primordialmente durante a sua doença que culminou em apelidos como bezerro encourado e cabra cega (RAMOS, 1981), a indiferença dos seus familiares, o que não motiva revolta ou desrespeito por parte de Graciliano, ao contrário, ele relata: “zanguei-me, permanecendo exteriormente calmo, depois serenei. Ninguém tinha culpa do meu desalinho, daqueles modos horríveis de cambembe. Censurando-me a inferioridade, talvez quisessem corrigir-me” (RAMOS, 1981, p.139).

Por fim, mencionamos duas outras passagens possíveis de ilustrar a identidade política na vida adulta de Graciliano, entre inúmeras, sendo elas: sua peculiaridade em ministrar seus cargos políticos e o momento crucial da sua prisão durante a ditadura militar nos anos 30, dois momentos distantes das narrativas de *Infância* (1981), mas que culminam em tarefas e atos políticos semelhantes. Graciliano foi brevemente prefeito de Palmeira dos Índios e promoveu significativas mudanças de caráter social e educacional no município sem se curvar às irregularidades propostas pelos demais líderes, cultivando desavenças, as quais lhe tiraram do cargo. Novamente a favor dos oprimidos e não dos opressores, o escritor defende uma política engajada em que não há privilégios, mas trabalho individual e coletivo de toda população.

Com a mesma postura, assume cargos como de Inspetor Federal de Ensino e Secretário de Educação de Alagoas, a fim de emergir uma das suas identidades mais aparentes: a identidade política, a qual lhe impulsiona aos trabalhos direcionados àquilo em que acreditava como, por exemplo, o poder da educação. Dotado dessa criticidade e sem violar suas representações, Graciliano não deixa de se posicionar, tanto nos seus escritos literários quanto nos artigos que publicava e nos seus comportamentos diários em relação ao governo e à sociedade hegemônica. Esse romancista era, sobretudo, um escritor de documentos de denúncia e não estabelecia suas práticas sociais e políticas distantes dos valores que estampava nos seus escritos. Essa postura lhe resultou numa prisão durante a ditadura Vargas, especificamente no ano de 1936, sem acusações claras, mas supostamente pela denúncia de pertencer ao movimento comunista.

Segundo os relatos publicados em *Memórias do Cárcere* (2011), o escritor é avisado horas antes da possibilidade da sua prisão e opta, contrariando sua esposa e seus familiares, por esperá-la em casa, aceitando-a calma e passivamente, sem questioná-la. A nossa leitura nos permite compreender que Graciliano recebe e aceita o exílio como uma oportunidade de vivenciar a realidade opressora, a qual ele narra nos seus escritos, num movimento de escrever não sobre ou para um determinado grupo social, mas junto dele. Não acreditamos que seja uma motivação consciente do romancista, naquele momento, mas as suas marcas de identidade política tornam condizente seu comportamento.

De acordo com Ramos (2011):

Não me arredaria, esperaria tranquilo que me viessem buscar. Se quisesse andar alguns metros, chegaria à praia, esconder-me-ia por detrás de uma duna, lá ficaria em segurança. Se me resolvesse a tomar o bonde, iria até o fim da linha, saltaria em Bebedouro, passaria o resto do dia a percorrer aqueles lugares que examinei para escrever o antepenúltimo capítulo do romance. Não valia a pena. Expliquei em voz alta que não valia a pena. Entrei na sala de jantar, abri uma garrafa de aguardente, sentei-me à mesa, bebi alguns cálices, a monologar, a dar vazão à raiva que me assaltara. Propriamente não era monólogo: minha mulher replicava com estridência. Escapava-me a significação da réplica, mas a voz aguda me endoidecia, furava-me os ouvidos. Não conheço pior tortura que ouvir gritos. Devis existir uma razão econômica para esse desconchavo: as minhas finanças equilibravam-se com dificuldade, evitávamos reuniões, festas, passeios. De fato as privações não me inquietavam. Minha mulher, porém, sentia-se lesada, o que me fazia perder os estribos. (RAMOS, 2011, p.74).

Na prisão, Graciliano, junto aos oprimidos, se distancia da sua cultura letrada em busca de uma cultura popular, partindo da liberdade para a prisão, ao contrário do que o escritor vivencia em *Infância* (1981), na qual transita da cultura popular para a erudita, sobretudo, da prisão para a liberdade por meio da literatura, pois se sentia exilado no espaço familiar árido e violento e no contexto escolar, encontrando a liberdade nos livros. Nesse viés, ao que concerne à identidade política desse ficcionista, as obras literárias *Infância* (1981) e *Memórias do Cárcere* (2011) se complementam numa trajetória espelhada.

A identidade política de Graciliano, portanto, caminha no sentido das reflexões sobre a condição humana, a fim de compreender a literatura como uma missão sustentada na realização coletiva e social por meio da desconstrução e do processo de alteridade. Dessa forma, esse romancista nivela a cultura letrada com a cultura popular,

tendo como suporte, essencialmente, a linguagem num ato de fazer política. Este caráter identitário torna-o um clássico brasileiro comprometido em ver o ser humano, sobretudo, na interioridade dele.

4.1 A (re)descoberta dos clássicos de Graciliano Ramos: um diálogo com a política linguística

Sabemos que toda literatura é transformadora, caracterizando ou não um clássico, o qual permanece no inconsciente coletivo e nos motiva a lê-lo e a relê-lo na juventude ou na vida adulta, entre outras razões, pelo seu diálogo perene com o contemporâneo e a faceta de, continuamente, possuir uma informação inédita a ser dada ao leitor, devido ao exercício de sua “influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual”. (CALVINO, 1961, p.11), a fim de tornar a sua (re)leitura sempre um novo encontro com a obra.

Os clássicos, portanto, correspondem a ferramentas da literatura e seus ensinamentos não se restringem a um determinado período da história, configurando materiais capazes de interagir e dialogar com distintos momentos socioculturais, econômicos e políticos por caracterizar obras que “nunca terminam de dizer aquilo que tinham para dizer”. (CALVINO, 1961, p.11). Nesse viés, a determinação de um texto literário clássico não tem nada a ver com tempo cronológico, mas com os conteúdos e as intenções das suas mensagens, os quais têm como principal vertente a relação com as identidades humanas.

Nesse viés, partimos da hipótese de que o escritor regionalista Graciliano Ramos concerne a um clássico nacional, entre outras razões, por seu caráter híbrido de transitar, na escrita literária, entre a língua portuguesa clássica, até mesmo lusitana, utilizada por escritores como Machado de Assis e poetas parnasianos, e a estética linguística endossada pelos modernistas, como Oswald de Andrade e Euclides da Cunha, por meio da defesa carnalizada da língua brasileira, do rompimento com o tradicionalismo e, primordialmente, da independência cultural do país.

Neste intercâmbio literário, entre o erudito e o moderno, Graciliano traz à tona uma linguagem gramaticalmente válida, a fim de não deixar à margem a tradição, tampouco, a estética linguística e as marcas identitárias do povo ou da classe social, os quais o romancista representa nos seus textos. Estas ações caminham ao encontro de uma linguagem literária humana e social garantida pela revisão gramatical dentro de um

léxico e uma sintaxe brasileira, emergindo uma das suas políticas mais atenuantes: a política linguística.

Dotado dessa postura, esse ficcionista escreve *para* e *sobre* os oprimidos (FREIRE, 1987), provocando, em paralelo no leitor, reflexões no que concerne aos atos e às escolhas dos opressores, com o intuito de aliar a cultura desses grupos a uma linguagem que os represente a partir de uma revisão gramatical. Como efeito desta manobra literária, de acordo com Candido (2012, p.17), Graciliano, “embora pouco afeito ao pitoresco e ao descritivo – e antes de mais nada preocupado em ser, por intermédio da sua obra, como artista e como homem -, termina por nos conduzir discretamente a esferas bastante várias de humanidade”, imprimindo uma literatura sincronizada e condizente com os conflitos e os desafios universais.

A partir das nossas perspectivas, a linguagem gramaticalmente válida emersa por esse romancista é garantida, essencialmente, por sua política linguística, a qual não lhe permite acolher nos seus escritos uma linguagem padronizada e engessada pelo discurso hegemônico¹⁸ que, sobretudo, priva por uma língua única socialmente prestigiada e ideal nas práticas comunicativas, descaracterizando as identidades culturais e linguísticas dos povos e da grande maioria da população nacional.

O nosso garimpo pelas obras de Graciliano se inicia por *Memórias do Cárcere*, publicado em 1953 como um texto documental sobre a sua prisão durante o Estado Novo, acusado de estabelecer alianças com o movimento comunista. Sabemos que nessa obra o romancista expõe o seu desejo de se aproximar dos oprimidos e experimentar, *in loco*, a realidade desse grupo. Dessa forma, o seu exílio está relacionado a três metas estipuladas pelo escritor: revisar sua obra *Angústia* (1936), escrever um livro inédito e coletar material humano.

Em contrapartida, durante sua reclusão, não houve tempo de o romancista finalizar a revisão de *Angústia* (1936), sendo publicado com ajustes ainda a serem realizados, segundo a criticidade de Graciliano em relação aos seus textos, os quais deveriam ser revisados permanentemente. A coleta de material é constante durante sua permanência na prisão e a escrita, de fato, da obra almejada somente ocorre dez anos após deixar o cárcere, a fim de ser publicado não como um romance, e, sim, como memórias por seu compromisso social e humano com aqueles que lhe acompanham

¹⁸Compreendemo-los, neste trabalho, como discursos que apresentam as características de serem muito repetidos e de apresentarem grande capacidade de controle de seus efeitos e de sua própria reprodução, com raízes no passado e muitas também no presente. (Pinto, 2014, p.60).

nessa trajetória, deixando-o submerso nas narrações e evidenciando os personagens principais do seu texto: os oprimidos. Nas palavras do romancista:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evita-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso, não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se. (RAMOS, 2011, p. 06).

De acordo com as nossas percepções, a identidade política do romancista atua, nesse texto literário, sobretudo, a fim de sobressair não o código linguístico utilizado por ele ou pelos oprimidos no trânsito comunicativo e na escrita da obra, mas o que a convivência com aqueles agentes, muitos sem escolaridade e domínio da linguagem gramaticalmente aceita, e o exílio podem revelar sobre um país ditatorial e disforme dos anos 30 e 40, tendo como princípios a linguagem e a desconstrução de um Brasil oficial. Todo este comportamento político de Graciliano percorre as suas representações desenvolvidas ao longo da sua vida social e literária, entre elas, destacamos a sua crença na escola, a qual esse compreende como um veículo fundamental para a mudança de vida dos agentes.

Vale enfatizar que, nesse trabalho, compreendemos o termo desconstrução a partir dos estudos de Jonathan Culler (1997), visualizando esta como uma estratégia filosófica para queda da diferença hierárquica, a qual, assim como na repressão do agente, envolve questões de representação e poder simbólico. Nesta vertente, a desconstrução se comporta como uma ferramenta que “trabalha dentro dos termos do sistema, mas de modo a rompê-lo” (CULLER, 1997, p.100), em outras palavras, ela deve, “através de um duplo gesto, uma dupla ciência, uma dupla escrita, pôr em prática uma reversão da oposição clássica e uma *substituição*¹⁹ geral do sistema” (CULLER, 1997, p.99).

A fim de retomar a representação do ensino para Graciliano, lembramos de um projeto de escola inclusiva em que há miscigenação de classes sociais e troca de conhecimentos entre educador e educando por meio de uma aprendizagem de mão dupla, mencionado em *Memórias do Cárcere* (2011): a escola de D. Irene e as salas de aula improvisadas dentro da prisão, as quais orquestram os mesmos princípios de

¹⁹ Grifo do autor

educação: ensino e aprendizagem de uma linguagem instrumento de libertação. Esses dois exemplos ilustram com propriedade a presença da política linguística nos relatos do escritor, mostrando-nos que a intervenção da escola, nas perspectivas de Graciliano, não se limita ao ato de aprender a decodificar o código, e, sim, à formação cidadã como um todo.

As memórias do romancista lembram que D. Irene é uma das últimas pessoas que o visitam em casa antes do seu exílio. Essa é diretora do grupo escolar do bairro, a qual desperta no escritor relevante respeito e admiração por sua gestão pedagógica. Ainda que seu grupo de alunos seja formado por estudantes pertencentes às classes favorecidas da sociedade, D. Irene como interventora educacional não mede esforços para incorporar aos discentes crianças de baixa renda, numa proposta de escola marcada pela heterogeneidade e, sobretudo, pela inclusão. Segundo Graciliano (2011):

No estabelecimento dela espalhavam-se a princípio duzentos e poucos meninos, das famílias mais arrumadas de Pajuçara. Numa campanha de quinze dias, por becos, ruelas, cabanas de pescadores, D. Irene encheu a escola. Aumentando o material, divididas as aulas em dois turnos, mais de oitocentas crianças haviam superlotado o prédio, exibindo farrapos, arrastando tamancos. (RAMOS, 2011, p. 14).

Nesse formato de escola, os estudantes oprimidos não são somente alfabetizados, mas, primordialmente, letrados dentro da sua cultura e da sua língua. Para tanto, são ingressos neste espaço de ensino com os mesmos recursos dos outros estudantes, sem distinções de classes sociais, raças ou etnias. Com este intuito, esses alunos são calçados e vestidos pela caixa escolar, a fim de se apresentarem com decência (RAMOS, 2011) às aulas e não se sentirem diferentes dos demais, uma vez que corresponde a uma instituição de ensino inclusiva, um lugar de todos. Essas ações de D. Irene expõem seu comprometimento com a educação engajada, se posicionando frente a um movimento político e se deslocando da zona de conforto com o objetivo de promover a mudança.

A proposta pedagógica dessa educadora, portanto, ilustra o molde de ensino em que Graciliano acredita: uma instituição escolar transgressora e favorável às ofertas de oportunidades aos oprimidos por meio de uma aprendizagem emancipatória. Logo após a visita de D. Irene, o romancista é preso, permanecendo distante desse modelo de ensino, que vizinha a sua casa, por alguns anos. No entanto, dentro da prisão, o

romancista se depara com outros formatos de educação inclusiva, agora para adultos, organizados dentro das celas pelos próprios detentos.

Esta troca de conhecimento é possível, pois durante a ditadura Vargas todos que fossem considerados comunistas tinham a sua prisão decretada pelo Poder, neste viés, não há um grupo específico ao exílio, o que promove uma fusão social e política nas penitenciárias, ou seja, escritores, médicos, políticos, jornalistas, trabalhadores de modo geral constituíam o corpo penitenciário, sem distinção. Nessa comunhão, todos ensinam a todos, por meio de pequenos grupos, conforme os conhecimentos e as experiências de cada um. Aqueles que não tiveram o acesso ao ensino fora da prisão encontram, nas aulas de uma variedade de profissionais, os saberes sobre filosofia, línguas, economia, política, entre outros assuntos, a fim de se tornarem letrados em distintas áreas do conhecimento.

O exílio, portanto, oferece aos oprimidos a liberdade por meio do ensino. Entre os educadores está Graciliano, o qual, além de ensinar, se permitia a ouvir e a aprender com os outros, registrando cada instrução no seu bloco de notas num ato de coletar dados humanos. Uma das aulas ministradas na prisão é descrita pelo romancista em suas memórias, relatando os esforços que os professores desempenham para que a aprendizagem dos alunos seja apropriada e, acima de tudo, evidenciar que a diferença linguística e cultural dos envolvidos nesse processo não prejudica ou limita a troca de conhecimentos. Segundo o ficcionista:

O professor de inglês, substituto de Sérgio, foi Lacerda, Lacerdão, que vivera na Inglaterra e se orgulhava da sua pronúncia de Cambridge. Vi-o pela primeira vez à noite, seguro aos ferros da grade, a soltar gritos, excedendo-se na execução furiosa da cantiga. No dia seguinte, num cubículo do rés-do-chão, novamente lhe admirei os braços musculosas, os dentes de selvagem, a bocarra medonha, o vigor com que martelava sílabas exóticas: - The treegrows. Na larga barra escura da parede escrevia a giz as palavras. Baixava-se, ia pouco a pouco subindo enquanto falava, tentando figurar o crescimento da árvore; as mãos se agitavam simulando galhos; os sons, repetidos, gravar-se-iam no espírito dos alunos. (RAMOS, 2011, p.183).

Frente a essas duas passagens narradas em *Memórias do Cárcere* (2011), a escola de D. Irene e a escola instituída dentro da prisão são relatos de política linguística não somente de Graciliano como escritor da obra, que nos guia para reflexões além do texto, mostrando-nos a realidade por meio da literatura, mas também dos personagens

envolvidos, D. Irene e os presidiários, entre eles, Graciliano, os quais não se restringem ao ensino de um código linguístico em língua portuguesa ou em qualquer outra língua dentro da prisão, concentrando suas forças, primordialmente, na formação cidadã dos seus aprendizes, num cenário político nacional conturbado dos anos 30 e 40 em que a criticidade dos agentes sociais é fundamental para a evolução do país.

A crença de Graciliano na escola também entra em ação nas suas memórias junto com a sua intolerância aos erros gramaticais, demarcando novamente sua política linguística, pois, para o romancista, a escrita gramaticalmente válida consiste, essencialmente, numa eficácia social, o que aprimora seu olhar macrossocial diante da aprendizagem. Com esta postura, o ficcionista, no exílio, revisa a escrita de cartas enviadas pelos comunistas detentos ao Congresso, sonetos escritos por exilados, discursos promovidos por militares, etc, todos revisados conforme a ideia de que erros gramaticais tiram os créditos tanto da escrita quanto do seu escritor.

Este comportamento do romancista é narrado numa das passagens da obra *Memórias do Cárcere* (2011), no fragmento em que um militante comunista escreve junto ao seu grupo uma carta ao Congresso Nacional e solicita a ajuda do escritor no que corresponde a revisão do texto. Ao observar que este possui deficiências que vão além dos erros gramáticas, envolvendo também problemas de coesão e coerência, Graciliano sugere modificações completas para que a mensagem dos comunistas ao Poder fosse transmitida com clareza e objetividade, a fim de, efetivamente, serem ouvidos.

Após consultar o grupo sobre as sugestões do escritor em relação à carta, o comunista autoriza a sua revisão. Nas memórias de Graciliano este processo se inicia a partir do instante em que o militante Nascimento lhe afirma:

- A Sua proposta foi aceita. Pode continuar. Recomecei. Vendo-me cortar uma frase, redigi-la de novo, o medianeiro quis retomar-se as folhas. Segurei-as:

- Um instante.

Li a página até o fim:

- Meu amigo, se você for reunir a célula para examinar cada emenda, isto não acaba. É absurdo. A redação está cheio de erros, sou obrigado a riscar muito. Vamos ser práticos: eu faço as correções todas, vocês estudam isso depois, em blocos. O sujeito considerou, ronronou:

-É. Talvez seja melhor. Vou falar aos companheiros. Afastou-se, foi segredar a consulta, a um canto, regres sou:

- Eles concordam. Meta a cara no serviço.

A empreitada me levou dois dias. Em época normal estaria pronta numa hora, mas achava-me confuso e dificilmente conseguia fixar a atenção na prosa obscura. Surgiam-me dúvidas, via-me forçado a recorrer a Nascimento (...). (RAMOS, 2011, p.138).

Por meio deste trecho, podemos observar o posicionamento de Graciliano, como personagem e escritor dessa passagem, baseado na sua política linguística, a qual, neste momento, não centraliza suas forças, em exclusivo, nos erros ortográficos dos comunistas, mas numa intenção que vai além: convencer ao Outro a se permitir a ouvir a voz daqueles oprimidos, ação esta que perpassa a revisão gramatical, no entanto, não se limita a ela. Além disso, esse ato do romancista registra o seu foco no coletivo, ao contrário da sua postura na escrita do livro *Angústia* (1936), uma vez que, naquele período da sua vida social e literária, sua preferência é para com o individual.

Esta transgressão do ficcionista no que concerne a sua escrita literária carrega consigo a sua busca pelo subsolo social, o qual é documentado em obras como *Memórias do Cárcere* (2011) e *Vidas Secas* (2011), tendo os oprimidos como personagens principais da narrativa. No entanto, sua identidade política não se restringe a essas obras, atuando também em *São Bernardo* (1986), livro de estreia do romancista na geração de 30, o qual traz como enredo a proximidade com o social por meio da escrita literária.

Paulo Honório, protagonista da narrativa, sofre o processo de se reumanizar por meio da literatura, a fim de estabelecer uma evolução pessoal dentro romance, especificamente, uma evolução humana após ter ficado sozinho e perdido tudo. Nessas circunstâncias, esse personagem desenvolve a prática de escrita, a fim de ter convivência com as pessoas que se afastaram, concomitantemente, registrar suas lembranças em um livro, (re)pensando seus atos e escolhas ao longo da vida. No início, almeja o auxílio de alguns intelectuais para uma escrita rebuscada das suas memórias, porém, se frustra logo na leitura das primeiras páginas, pois não registram o que ele realmente quer dizer, segundo a sua avaliação.

Nesta situação, Paulo Honório escreve a partir da sua linguagem, tendo como objetivo, exclusivamente, emergir as suas identidades e subjetividades por meio das suas lembranças e sentimentos, não se preocupando com normas gramaticais ou estéticas literárias. Para tanto, se justifica, afirmando que “as pessoas que me lerem terão, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária, se quiserem. Se não

quiserem, pouco se perde. Não pretendo bancar escritor” (RAMOS, 1986, p.11). Neste fragmento atuam, em paralelo, a política linguística de Graciliano como escritor de *São Bernardo* (1986) e a de Paulo Honório na escrita do seu livro, uma vez que ambos compreendem a linguagem a partir de olhar macrossocial, expandindo sua função para a condição humana.

Em outras palavras, Paulo Honório não escreve para se tornar escritor, tampouco para dominar a linguagem literária, ao contrário, o personagem escreve como forma de libertação de uma prisão psicológica que passa a viver após a morte de sua esposa Madalena. O ato de se posicionar politicamente sobre a linguagem desse personagem imprime, em paralelo, a política linguística de Graciliano como escritor da obra referenciada, uma vez que, novamente, ele não deixa à margem sua crença na revisão gramatical, mas também não isenta o texto de termos e expressões regionalistas que customizam a linguagem dos personagens, os quais são nordestinos e, portanto, pertencem a grupos linguísticos e culturais específicos que devem ser ressaltados, sem deixá-los à sombra na escrita literária.

Talvez não haja, portanto, como desvincular o escritor Graciliano de seus personagens, como Paulo Honório e os presos do Regime Vargas, principalmente, por compartilharem das mesmas tarefas (BAUMAN, 2000) linguísticas e sociopolíticas, sobretudo, dos princípios políticos no que corresponde à linguagem. Dessa forma, as marcas de política linguística encontradas nos seus textos permitem compreendermos, sobretudo, a sua identidade política, enquanto clássico literário, engajada para com o humano e o social, a fim de vislumbrar a literatura como uma missão sustentada na realização individual e coletiva por meio da desconstrução.

Nessa linhagem, colocamos como foco o romance *Vidas secas* e os agenciamentos dele, que os transformaram num documento de denúncia social dos anos 30, ainda que por meio das entrelinhas da narrativa, a fim de evidenciar a busca pela civilização, por conseguinte, pelo desvendar da linguagem dos personagens.

4.2 Os agenciamentos que dialogam em *Vidas secas*

Vidas secas consiste na única obra de Graciliano Ramos redigida em terceira pessoa com uma estrutura descontínua, até mesmo desmontável, devido, sobretudo, à independência dos capítulos. Corresponde a um dos romances regionalistas publicados por esse escritor no final dos anos 30, a fim de imprimir a sua visão social a partir das

escolhas dos modos literários que mostrem a perspectiva dramática de um mundo opressivo.

Desse modo, o ficcionista “desvenda o universo mental de criaturas cujo silêncio ou inabilidade verbal leva o narrador a inventar para elas um expressivo universo interior, por meio do discurso indireto” (CANDIDO, 2012, p.145), caracterizando um texto psicológico e documental das práticas sociolinguísticas, econômicas e políticas do retirante da seca nordestina, almejando, primordialmente, não expor as “causas da complexa situação socioambiental, ao contrário, debruçar-se sobre as consequências advindas da intrincada forma de organização social” (NETO, 2006, p.71).

É possível observar na leitura de *Vidas secas* que toda esta narrativa caminha ao encontro da evolução social dos protagonistas: Fabiano, Sinhá Vitória, Menino mais velho e Menino mais novo na busca por uma linguagem gramaticalmente válida, a qual não deixa de imprimir as identidades sertanejas da família, tampouco, se distancia de forma acentuada da revisão gramatical. Este domínio linguístico traria para eles a ideia de pertencimento a grupos da sociedade, aos quais não tinham acesso absoluto, entre outros motivos, devido à linguagem, em específico, à inabilidade verbal²⁰.

Nas nossas leituras do romance, essa busca linguística dos personagens nos possibilita discutirmos questões de política e políticas linguísticas a partir dos agenciamentos da família cabocla, numa perspectiva que não requer somente um olhar macrossocial do pesquisador diante das ocorrências da narrativa, mas também um movimento delineador no que corresponde à legislação e à implementação da linguagem na condição e na condução da vida em comum. Portanto, *Vidas secas* ultrapassa a ideia de um romance ciclo²¹ em torno da sequência literária da obra retirantes-agregados-retirantes, ao contrário, trata-se de um texto voltado, essencialmente, à transgressão social e política dos personagens por meio do processo de descoberta da linguagem, contudo, do processo de civilização.

Neste contexto, Graciliano retrata no romance personagens “fisicamente secos e psicologicamente áridos, rudes, espinhosos, brutos – que na experiência da diáspora²², enquanto correm mundo na busca por um lugar em que a miséria seja menos cruel, constroem suas identidades”, caracterizando por menores o “retrato do migrante nordestino: o ser à margem, pobre marginalizado, deslocado, sempre à procura de suas

²⁰ Termo utilizado por Candido (2012).

²¹ Termo utilizado por Candido (2012).

²² Diáspora: saída forçada, deslocamento, exílio. (Sandrini, 2011).

identidades intimamente ligadas ao desejo de liberdade perante tudo o que o aprisiona, domina, subjuga” (SANDRINI, 2011, p.53), sobretudo, a inaptidão linguística e a hegemonia.

No entanto, veremos, na sequência da análise, que esse desejo emancipatório da família se efetiva de formas distintas, entre elas, as reflexões críticas dos personagens, porém esta busca pela liberdade não ocorre de maneira absoluta, uma vez que esses agentes linguísticos estão imersos em agências sistematicamente hegemônicas, não possibilitando a autonomia integral deles. Há nessa ficção literária, principalmente, ações de agenciamentos, inclusive de Graciliano, que promovem uma escrita desvendante (SARTRE, 1999) e desconstrutiva sobre a realidade árida e escassa de personagens nomeados e comparados a animais, a fim de equivaler homem e animal num movimento adverso aos textos da literatura de períodos antecedentes ao regionalismo, em específico, os princípios modernistas.

Nesse viés, a partir das nossas leituras, Graciliano quer expor a “humanidade” do animal e a brutalidade não lapidada do homem, como, por exemplo, ocorre numa das passagens de *Vidas secas* (2011) em que Sinhá Vitória desce ao nível da cachorra Baleia, lambendo seus lábios sangrentos após este animal capturar a sua presa, um preá.

Iam-se amodorrando e foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Levantaram-se a todos gritando. O menino mais velho esfregou as pálpebras, afastando pedaços de sonho. Sinhá Vitória beijava o focinho de Baleia, e como o focinho estava ensanguentado, lambia o sangue e tirava proveito do beijo. Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiar a morte do grupo. (RAMOS, 2011, p.14)

Neste fragmento, notamos a humanidade do animal, a cachorra Baleia, que, faminta como os demais na fuga contra a seca, caça sua presa e não se alimenta dela sozinha, compartilhando-a com a família, a qual, num ato contra a morte, desce ao subsolo da condição humana, a fim de aproveitar todo alimento que aquela caça pode lhes trazer, até mesmo por meio do sangue que resta nos lábios de Baleia, como fez Sinhá Vitória. A partir desse trecho, durante todo o romance, há um conflito dos personagens em aceitar a posição humana ou a animal, no meio de várias razões, pela inabilidade verbal deles e pelas condições desumanas e subalternas, sem revogação, impostas por poderes superiores como o patrão e o soldado amarelo.

Diante da falta de habilidade linguística, os personagens são representados em *Vidas secas*, na sua grande maioria, pelo discurso indireto, no qual o narrador, por meio

da estratégia de interiorização, tem acesso permanente à realidade árida da família, nos permitindo participar, sem restrições, dos fatos do romance, os quais “falam por si – uma família fugindo da seca e da opressão social num deslocamento forçado – misto de fuga, busca, sina – motivado pela necessidade de preservar a vida, de seguir para não morrer” (SANDRINI, 2011, p.51).

Nesta perspectiva, *Vidas secas* configura um romance de estrutura simbólica e de discursos reiterados em que repetições estabelecem reflexões, motivando pequenas mudanças processuais. A fim de ilustrar esta ideia, ressaltamos duas passagens dessa narrativa: o instante em que O Menino mais velho ouve Sinhá Terta, durante uma oração, pronunciar a palavra “inferno” e a repete diversas vezes, visando a dar-lhe um sentido, e o momento em que Fabiano, num conflito psicológico, procura estabelecer, também por meio da repetição, sua identidade animal ou humana, mencionando repetidas vezes “Fabiano, você é um homem” e “Você é um bicho, Fabiano”. Nas nossas leituras, todas estas ações ilustram a capacidade de reflexão crítica dos personagens num movimento político, sobretudo, de tarefas como menciona (BAUMAN, 2000).

Na primeira ocorrência em relação ao interesse do Menino mais velho pelo vocábulo “inferno”, há o retrato do desejo de liberdade do personagem através do aperfeiçoamento linguístico dele, uma vez que corresponde a uma criança que “não sabia falar direito, balbuciava expressões complicadas, repetia as sílabas, imitava os berros dos animais, o barulho do vento, o som dos galhos (...)” (RAMOS, 2011, p.59). Em paralelo, nos revela a reflexão crítica do personagem na habilidade de associar o domínio do termo com o prestígio social que esse poderia lhe oferecer, para isto, o sentido da palavra deveria ser conhecido. O agenciamento do Menino mais velho nesta determinada situação acontece a partir do instante em que:

Agora tinha tido a ideia de aprender uma palavra, com certeza importante porque figurava na conversa de Sinhá Terta. Ia decorá-la e transmiti-la ao irmão e à cachorra. Baleia permaneceria indiferente, mas o irmão se admiraria, invejoso. (RAMOS, 2011, p. 59).

Por meio desta tentativa de interação e de significação do vocabulário, essencialmente, de linguagem, podemos observar, no ato de fala do personagem, princípios de política e políticas linguísticas. A primeira traz à superfície um olhar macrossocial frente a essa ocorrência linguística e nos mostra que o conhecimento da

palavra “inferno” produz um efeito no Menino mais velho, despertando nele o desejo de emancipação e, ao mesmo tempo, do alcance das instituições desejáveis (BAUMAN, 2000) através da habilidade verbal, supostamente, dada por uma única palavra. Concomitantemente, o personagem tem consciência de que a mostra dessa aptidão linguística dele também causaria efeito alheio: “Baleia permaneceria indiferente, mas o irmão se admiraria, invejoso”.

Com este conhecimento, o Menino mais velho acredita que ele alcança um lugar superior aos demais, principalmente, a Baleia e o irmão, os quais, assim como ele até então, somente balbuciavam e reproduziam sons. Uma vez não sabido o sentido da palavra “inferno”, o Menino mais velho permanece, em exclusivo, repetindo termos ditos pelos outros, não efetivando sua busca por ser diferente, mostrar que possui uma extensão do conhecimento linguístico.

Neste caso, o personagem sente necessidade de definir e aproximar essa palavra da sua realidade, a fim de torná-la um elemento concreto: “virasse coisa” (RAMOS, 2011, p.57), numa tentativa de nomeação, momento este em que atuam as políticas linguísticas e seu olhar microssocial – O Menino mais velho procura sozinho requerer outros termos e definições, principalmente já conhecidas por ele, que esclareçam o sentido do nome “Inferno”, mas ele não consegue, entre outras razões, pela abstração e subjetividade do termo. Entra em cena, portanto, os questionamentos para Fabiano e Sinhá Vitória sobre essa palavra, a fim de tentar sanar as dúvidas do menino.

O pai se esquiva. A mãe, no primeiro instante, diz que “se referia a um lugar ruim, com espetos e fogueira” (RAMOS, 2011, p.58), na sequência, o menino questiona a mãe se ela já havia estado nesse lugar, novamente buscando uma ideia concreta do termo, a resposta vem em forma de cocorotes, o que lhe parece um disparate, uma vez que o personagem não compreende o motivo de tanta violência após uma pergunta que lhe parece simples. Conforme o romance:

Não acreditava que um nome tão bonito servisse para designar coisa ruim. E resolvera discutir com Sinhá Vitória. Se ela houvesse dito que tinha ido ao inferno, bem. Sinhá Vitória impunha-se, autoridade visível e poderosa. Se houvesse feito menção de qualquer autoridade invisível e mais poderosa, muito bem. Mas tentara convencê-lo dando-lhe um cocorote, e isto lhe parecia absurdo. Achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam, pensava até que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxavantes de orelhas. Esta convicção tornava-o desconfiado, fazia-o observar os pais antes de se dirigir a eles. Animara-se interrogar Sinhá Vitória porque ela

estava bem-dispostas. Explicou isto a cachorrinha com abundância de gritos e gestos. (RAMOS, 2011, p.60).

O Menino mais velho observa, a partir das atitudes da mãe, que aquela determinada palavra, de alguma forma, a desestabiliza e, conseqüentemente, produz um efeito na cabocla, principalmente por se tratar de um ato de fala. Esta atitude estranha e incoerente da mãe, pois, antes da pergunta, Sinhá Vitória aparenta serenidade, demarca uma mudança instantânea não antes conhecida pelo menino. A partir das nossas leituras, esta atitude da cabocla se justifica, entre outras razões, pela falta de segurança em tentar conceituar um termo subjetivo, o qual não é nitidamente definido para nenhum deles. Dessa forma, suas respostas se sustentam no senso comum, essencialmente, nas suas representações e no seu sistema simbólico: que dão sentido as nossas experiências e àquilo que somos, num ato de construir lugares a partir dos quais os agentes podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p.17).

Diante disso, compreendemos que a representação se configura em uma vertente que nenhum agente linguístico, neste caso, os caboclos do romance, é capaz de ignorá-la, pois “as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador” (BOURDIEU, 2008, p.108). Naquele momento as representações de Sinhá Vitória vêm a seu favor na justificativa da sua resposta e do seu comportamento diante de uma inquietação do filho. Ela sabe que o “inferno” não remete a uma palavra positiva, segundo suas simbologias, portanto, não deve ser investigada e realmente descoberta pelo filho, que se comporta de forma imprudente, querendo saber além do que lhe é permitido, sendo punido por isto.

O comportamento de Sinhá Vitória frente essa inquietação do filho se justifica na medida em que “os discursos e os sistemas de representação constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p.17), não deixando de ser uma reflexão crítica da cabocla, uma postura política sustentada nas escolhas e nos juízos de valores dela, as quais são norteadas, nesta determinada situação, por meio da mística, da religiosidade, das culturas, enfim, de diversos princípios que não se esgotam no léxico, mas remetem a vários discursos reiterados, entre eles, o da tradição.

Em paralelo, as ideias de representação e de simbologia também perpassam os agenciamentos dos personagens em relação aos modelos seguidos por eles: os modelos dos antepassados e os modelos do futuro, configurando dois “mundos” distintos. Nesses

moldes, Fabiano como um pobre diabo (RAMOS, 2011) tenta manter os costumes da sua família, os quais foram garantidos e reiterados por gerações anteriores num ato de reprodução do que lhe foi ensinado, ou seja, uma aprendizagem mimética que reforça o modelo arcaico. O trecho seguinte ilustra esta defesa de Fabiano sobre os modelos dos antepassados, expondo que a postura do caboclo era:

A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário. (RAMOS, 2011, p.17).

O Menino mais novo almeja ser como o pai, homem da terra - vaqueiro de profissão, “evidentemente ele não era Fabiano, mas se fosse, precisava mostrar que podia ser Fabiano” (RAMOS, 2011, p.50), ou seja, certificar que seria capaz de seguir os moldes do pai, conseqüentemente, dos seus antepassados na construção das suas identidades enquanto filho. Não afirmamos que o Menino mais novo administraria os agenciamentos e as tarefas de maneira passiva ou semelhante a Fabiano, ao contrário, provavelmente ele desenvolveria as reflexões críticas e as políticas dele, sem deixar de seguir os princípios do pai, o qual também não deixa a criticidade em nenhum momento do romance, apesar da opressão e das condições de vida da família.

Em contrapartida, se estabelecem os padrões de Sinhá Vitória, os quais são inspirados em Seu Tomás da Bolandeira: um agente de política linguística admirado pelos caboclos da narrativa, entre outros motivos, por ter uma cama e votar, práticas sociais estas que perpassam por práticas linguísticas e culturais, aproximando do que é considerado “culto” e “civilizado”. Muito sábio, seu Tomás desperta respeito na sociedade e, quando passa “amarelo, sisudo, corcunda, montado num cavalo cego; pé aqui, pé acolá, Fabiano e outros semelhantes descobrem-se; e seu Tomás responde tocando na beira do chapéu de palha” (RAMOS, 2011, p.22). Ou seja, Seu Tomás é admirado por Sinhá Vitória por possuir algo a que eles não tinham acesso: a linguagem gramaticalmente aceita, a ideia de civilização dada, nesta situação, através da cama e do voto, além da linguagem e do respeito alheio.

Esta cama, mencionada ao logo de toda a narrativa, é um dos desejos da retirante, porque para ela este móvel simboliza a mudança de vida e a saída da miséria de toda a família, além disso, a posse de uma cama traz a ideia de estabilidade, ou seja,

pertencer a algum lugar, conseqüentemente, a um grupo, pois um dos elementos que diferenciam os nômades dos outros, por exemplo, é não possuir uma cama, a qual sugere fixação num lugar, numa sociedade. Nessa perspectiva, Sinhá Vitória imprime, entre vários trechos do romance, seu posicionamento como agente de política linguística numa ação que evidencia o conceito de transdiferença presente nas reflexões críticas imersas nos agenciamentos dela.

A transdiferença se instala nessa passagem no instante em que podemos observar que Sinhá Vitória não buscar excluir ou anular a identidade dela de sertaneja, de mulher cabocla mãe de dois filhos, de esposa do vaqueiro Fabiano, ao contrário, ela visa agregar outras identidades às que ela já possui, a fim de ser reconhecida “como gente” e ter a possibilidade de pertencer à outros territórios. Além disso, como uma agente de política linguística consciente da multiplicidade de práticas que desenvolve, ela sabe da existência do diferente e como este é visto no cenário social. Portanto, a posse de uma cama de couro vai além da ideia de uma aquisição material, mas uma aquisição identitária, uma conquista territorial que não se esgota num determinado momento por caracterizar um processo, que se inicia antes do desejo da cama de couro e se fortalece a partir dele.

Nas palavras da sertaneja que vislumbra na cama a completude da felicidade: “seu Tomás tinha uma cama de verdade, feita pelo carpinteiro, um estrado de sucupira alisado a enxó, com as juntas abertas a formão, tudo embutido direito, e um couro cru em cima, bem esticado”, lugar este em que “podia um cristão estirar os ossos” (RAMOS, 2011, p. 46). Para Sinhá Vitória, “a cama tosca na qual dormiam representa o comodismo àquela situação de dependência ao fazendeiro, a cama com a qual sonhava (...) seria uma maneira de ultrapassar os círculos concêntricos em direção ao núcleo” (LIMA, 2012, p.111), no entanto, Fabiano não pensava como a mulher, compreendendo a compra desse objeto como uma futilidade, a qual não via meio para adquirir.

A cabocla, seguindo modelos diferentes dos do marido, associa a posse da cama à mudança de vida que, talvez, não seria aproveitada por ela e por Fabiano, mas pelos filhos por meio, sobretudo, do acesso escolar. Para isto, Sinhá Vitória planeja que no futuro “mudar-se-iam para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes” (RAMOS, 2011, p.127), evidenciando no romance, novamente, agenciamentos apurados pela criticidade de Sinhá Vitória em relação às práticas dos filhos, as quais passam, em específico, pelas práticas sociais e linguísticas dos meninos.

A partir desse viés, não deseja que os meninos tenham o mesmo destino dos pais: sem estudo, sem terra, sem direitos e deveres respeitados, sem habilidades linguísticas, etc.

O Menino mais velho, como mencionado anteriormente, compartilha dos moldes da mãe: conhecer mundos e palavras diferentes numa tentativa de se emancipar do espaço escasso do sertão e ser considerado “gente”.

A partir das agências e dos agenciamentos impressos e orquestrados nos atos de fala de Sinhá Vitória e Fabiano através de modelos diferentes de vida, é possível notarmos dois juízos de valores e representações, ou seja, vetores de força em que somente um dos personagens sai como “vitorioso” dentro da narrativa: Sinhá Vitória, justificando a simbologia do seu nome, a fim de romper com o ciclo do romance defendido por Fabiano e por seus antepassados. Nas palavras de *Vidas secas*:

As palavras de sinhá Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinhá Vitória, as palavras que sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. (...) Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. (RAMOS, 2011, p.128).

As representações de Sinhá Vitória ganham evidência na narrativa e são adotadas por Fabiano, na medida em que este compreende as intenções da cabocla em relação à educação dos filhos e projeta as suas vidas *em prol* dessa mudança:

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando; acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato, cultivariam um pedaço de terra, mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. (RAMOS, 2011, p.127).

Decorrente disso, não há diferença entre a posse de um objeto, como a cama de couro, e a posse da linguagem em *Vidas secas*, porque a posse material de algo está, de forma direta, relacionada ao domínio linguístico, inclusive a capacidade de nomear, o que motiva Sinhá Vitória a pensar sobre o futuro dos filhos concomitantemente ao convívio escolar, a fim de seguir o modelo de Seu Tomás da Bolandeira, o qual tinha a posse da cama de couro, do objeto, e da linguagem.

Os agenciamentos que dialogam nesta passagem trazem à superfície não somente a necessidade do ensino/aprendizagem do código, mas, sobretudo, das descobertas que a linguagem oferece e suas representações sociais, ou seja, isentos deste domínio, os meninos permaneceriam inertes à seca e à miséria, reproduzindo os conflitos e os desafios dos pais, no entanto, o acesso à escola e ao conhecimento linguístico proporcionaria àquelas crianças a oportunidade de construir e participarem ativamente de um mundo distante da opressão e das “marcas de ferro” (RAMOS, 2011) de um padrão abusivo, numa sociedade mais justa e mais democrática, a qual eles teriam voz e vez, honrando sua validade *de jure* (BAUMAN, 2000, p.89).

A fim de considerar *Vidas secas* um romance sobre a descoberta da linguagem, a questão dos agenciamentos torna-se uma das peças centrais da narrativa, a fim de imprimir, em algum momento, que a força da linguagem tem o poder de sobressair à força bruta, conforme podemos observar no trecho em que o soldado amarelo²³ convoca Fabiano para um jogo de cartas. Embora não soubesse jogar, o vaqueiro acredita que recusar o convite é uma desfeita ao Estado e acompanhar o soldado seria a melhor atitude naquele momento.

Durante a partida, Fabiano abandona o jogo e se retira do bar por estar perdendo dinheiro e saber que a sua permanência na partida iria prejudicá-lo ainda mais. O soldado amarelo, furioso com a situação, vai atrás do sertanejo, pois também havia sido prejudicado no jogo e deseja punir o vaqueiro pelo descompasso dentro da bodega; Fabiano que não quer brigar, e, sim, retornar à fazenda, ainda que tivesse perdido tudo que comprou no jogo, não responde às insultas do militar, até não aguentar a dor de uma pisada mais forte nos pés feita pelo soldado e responder falando mal da mãe do agressor.

A intenção do militar é prender o vaqueiro, pelo menos, por uma noite na delegacia, a fim de humilhá-lo com ações que enfatizam o “papel” de cada um deles na sociedade: opressor e oprimido. Junto à prisão sem motivos concretos, Fabiano também sofre agressões físicas, morais e psicológicas sem explicações ou direito à defesa. Mesmo depois de muito ferido, o vaqueiro não acredita no comportamento do soldado, o qual ele considera “um braço do Estado” e se consola, repetindo para si mesmo que, certamente, havia apanhado por engano.

²³Termo utilizado para denominar, informalmente, os policiais civis dos anos 30, devido à cor do seu uniforme.

Nessa situação, a força linguística, especificamente, da linguagem malandra do soldado em convencer Fabiano a participar do jogo e depois prendê-lo sobre acusações falsas sobressai às habilidades do vaqueiro, as quais não se estabelecem no campo linguístico. Sem saber se defender como o militar, Fabiano não se sente no direito de usar sua única soberania: a rigidez, entre outras razões, em respeito as suas representações no que concerne ao Poder e à hierarquia social. Isso reitera os princípios sobre hegemonia desenvolvidos por Pinto (2014, p.60) ao afirmar que os discursos desse caráter são “dependentes de uma conjunção de vetores de forças que disputam os sentidos da vida em comum na construção performativa de consensos e coerções”.

Ainda que ciente de como devesse se portar diante das ordens do poder hegemônico, o vaqueiro, naquele momento, não deixa à margem seu agenciamento ainda que por meio de fluxos de consciência devido às repressões. Segundo a narrativa, Fabiano na cela, seguinte às violências:

Estirou as pernas, encostou as carnes doídas ao muro. Se lhe tivessem dado tempo, ele teria explicado tudo direitinho. Mas pegado de surpresa, embatucara. Quem não ficaria azoretado com semelhante despropósito? Não queria capacitar-se de que a malvadez tivesse sido para ele. Havia engano, provavelmente o amarelo o confundira com outro. Não era senão isso. Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se num cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: - ‘Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.’. (RAMOS, 2011, p.33).

Essa postura reflexiva de Fabiano resultante a sua prisão, assim como sua identidade homem e animal, sofre um processo permanente, não menos conflituoso em ter ou não o direito de se opor ao governo e, sobretudo, de pensar sobre as consequências das escolhas e das atitudes que tomar em relação à hegemonia, uma vez que não há agentes linguísticos totalmente autônomos, somos parte de agências, intrinsecamente, hegemônicas, neste caso, a ideia de liberdade se torna um engodo. Conforme a narrativa, o caboclo deixa a cadeia no dia seguinte, ainda confuso com o que havia motivado toda aquela violência e certo de que é vítima não somente de abusos do soldado amarelo, mas daqueles que o dirigiam, reiterando sua criticidade diante da situação dada, por conseguinte, sua validade *de jure* na busca incessante por melhores compreensões a partir de reflexões críticas.

No caminho para a fazenda, Fabiano consegue reorganizar as ideias e pensa em ferir o soldado agressor com um tiro de espingarda, mas retoma e conclui que não é prudente e o correto é matar aqueles que os governavam, entrando num bando de cangaceiros e matando todos os envolvidos. No mesmo instante, o vaqueiro se lembra de Sinhá Vitória, dos meninos e, até mesmo, da cachorra Baleia e desiste da vingança, pois há uma força maior que o impulsiona do que se rebelar contra o poder hegemônico.

Em contrapartida, a experiência de Fabiano no cárcere, ainda que por uma noite, se torna suficiente para a promoção de reflexões pertinentes sobre o futuro dos seus filhos, as ações deste poder diante do oprimido e as descrenças do retirante “pobre diabo” (RAMOS, 2011), ressaltando atos de fala estabelecidos de forma solitária pelo vaqueiro na prisão, que produziram efeitos, transgressões e tarefas inacabadas de reflexão.

Além disso, num feito político, o que não sai dos pensamentos de Fabiano, naquele momento, é a falta de esperança numa vida sem opressões e na construção de identidades socialmente respeitáveis para sua família, pois acreditava que “os meninos eram uns brutos, como o pai; quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo” (RAMOS, 2011, p.37), delimitando um destino inviolável de opressão por discernimento, exclusivamente, social.

Ainda sobre os filhos, Menino mais velho e Menino mais novo, as reflexões críticas, em essência, os agenciamentos operam em *Vidas secas* também em relação à ausência de nomes próprios das crianças, a qual pode ser compreendida, entre outras razões, pela rusticidade da família e, ao mesmo tempo, pela comparação com os bichos. Essa inexistência demonstra o conflito de identidade não só dos pais, mas também dos filhos num processo dialógico, na medida em que certifica a “desumanização e, conseqüentemente, o deslocamento identitário a que o homem do sertão nordestino está condicionado. Quem não tem nome, não tem história, tampouco identidade” (SANDRINI, 2011, p.56).

Vale enfatizar que não afirmamos, neste trabalho, que os meninos, Sinhá Vitória e Fabiano não possuem nenhuma identidade, ao contrário, visamos a defender que eles não têm uma “identidade unificada, complexa, fixa e estável, mas sim fragmentada, não resolvida, fronteira – entre o animal e o humano” (SANDRINI, 2011, p.56), algo peculiar das próprias condições de vida que o sertão oferece. No entanto, “essa fronteira possibilitou ao grupo, que viveu em constante mutação e em constante deslocamento

psíquico, enxergar a multiplicidade de *eus*, de identidades com as quais se identifica” (SANDRINI, 2011, p.56), semelhante a toda e qualquer trajetória identitária de um agente linguístico, dado este que marca o processo de civilização, o qual eles desenvolvem durante o romance.

Em relação aos nomes dos meninos, os agenciamentos da família nesta questão nos revelam que não se trata somente de uma nomeação a favor da distinção das crianças, mas também sobre a ideia de pertencimento a uma família e a uma comunidade sobre o respaldo legal, pois sem nomes os filhos não têm direito a documentos, portanto, não existem perante a sociedade. Com isso, novamente entram em cena os vetores de forças ministrados pela hegemonia (PINTO, 2014) e das agências que atuam não somente nas práticas sociais dos agentes, mas nas linguísticas e nas culturais.

Dessa forma, *Vidas secas* corresponde a um romance, intrinsecamente, político em que os atos de fala e os agenciamentos dos personagens descrevem, sobretudo, a descoberta linguística da família. Esta descoberta, segundo as nossas leituras, percorre toda a ficção em dosagens disformes, porém, nas suas últimas páginas, essa informação ganha maior nitidez. Com o retorno da seca, os caboclos do romance se deslocam novamente, a fim de deixar a fazenda na busca pela sobrevivência. Durante o percurso, Sinhá Vitória faz planos e tenta convencer Fabiano das suas conclusões sobre o futuro da família, acima de tudo, dos filhos.

Ela “precisava falar, se ficasse calada, seria como um pé de mandacaru, secando, morrendo” (RAMOS, 2011, p.120), ou seja, a linguagem, naquele momento, a liberta. Portanto, no lugar do silêncio, tão presente na convivência e nas práticas daqueles sertanejos, assume uma nova sonoridade, a qual não se limita ao ressoar dos bichos na mata, e, sim, numa conversa “longa e entrecortada, cheia de mal-entendidos e repetições” (RAMOS, 2011, p.121), na qual Fabiano e Sinhá Vitória compartilham ideias, discutem entre si e chegam a uma conclusão comum: “aproximavam-se agora dos lugares habitados, haveriam de achar morada; não andariam sempre à toa, como ciganos” (RAMOS, 2011, p.121). Nesse compasso, descobrem, de fato, que possuem a sua linguagem própria, embora gramaticalmente prejudicada e socialmente corrompida.

E, por meio dessa linguagem, são capazes de estampar as reflexões e as políticas deles numa perspectiva crítica e incessante. Diante dessa descoberta linguística, portanto, esses caboclos se (re)descobrem como agentes sociais, não emancipados na sua totalidade, uma vez que irão permanecer sob a soberania hegemônica fora da

fazenda, mas, de alguma forma, libertos pelos seus próprios agenciamentos, os quais se instalam na criticidade e na tarefa sempre por completar em relação à vida em comum.

Com isso, podemos pensar que os atos de fala são ferramentas fundamentais na capacidade humana de agir e na produção de sentidos, uma vez que “as palavras não informam algo, não dão conta exatamente de uma descrição das ‘coisas que existem no mundo’, mas de como a língua é usada, de como se age com a linguagem” (MELO, 2014, p.84), construindo efeitos tênues e mutantes que formam ações práticas de agenciamentos.

5. VIDAS SECAS E UM OLHAR SOBRE OS ATOS DE FALA.

Estamos construindo uma discussão em que compreendemos que os atos de fala em *Vidas secas* são configurados de modos distintos, ora por meio do discurso direto, ora pela voz do narrador no viés do discurso indireto, no entanto, em ambos os momentos, o ponto comum está nos princípios da reflexão crítica, tanto dos personagens quanto de Graciliano.

Diante dessas criticidades, não nos é permitido compreender Fabiano, Sinhá Vitória e os meninos como agentes isentos de linguagem, tampouco, de civilização na sua totalidade, devido, acima de tudo, aos seus agenciamentos, que se instalam na produção de tarefas, da validade *de jure*, a qual é permanentemente reiterada, revisada, e da *de facto* que é dada, imposta pela hegemonia seja através do consenso ou da coerção.

Defendemos, neste trabalho, o termo civilização como um “processo ou, pelo menos, seu resultado; diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’ (NORBERT, 1994) a partir da consciência que cada um tem de si mesmo. Dotados dessa definição, a civilização é vista como uma atividade humana que ultrapassa a ideia, por exemplo, de etiqueta social, saber ou não se alimentar com talheres e/ou se comportar dessa ou daquela forma num determinado ambiente, até mesmo vai além do campo linguístico e da condição de pertencer a um e não a outro grupo da sociedade.

Ao contrário, a partir do nosso olhar, ser civilizado concerne a um processo evolutivo de caráter político e reflexivo garantido pela capacidade do agente linguístico de autoconhecimento e conhecimento social, a fim de estabelecer minimamente de forma reflexiva a sua posição dentro da relação entre agente e sociedade, numa tentativa de conferir suas identidades e subjetividades, ainda que de forma divergente. Em uma perspectiva genérica, Norbert (1994) afirma que:

O conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou maneiras como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. Dá ser sempre difícil sumariar em algumas palavras

tudo o que se pode descrever como civilização. (NORBERT, 1994, p.23).

Ao compreender um agente como civilizado ou incivil não está em voga a antítese entre ‘o bem’ e ‘o mal’, mas etapas de um desenvolvimento humano ilimitado, por conseguinte, da desconstrução da hipótese de civilização como uma posse que vem pronta e acabada. Podemos compreendê-la, portanto, como um processo evolutivo e conflitante, o qual nos impulsiona a pensar em civilização com o compromisso de “tentar suspender todos os sentimentos de embaraços e superioridade, todos os juízos de valores e críticas associadas aos conceitos de ‘civilização’ ou ‘incivil’” (NORBERT, 1994, p.72), vislumbrando-a também como uma questão linguística e política, além de social e cultural.

Para tanto, propomos a análise de um trecho de *Vidas secas*, visando a investigar, especificamente, as reflexões críticas, não menos políticas que permeiam os atos de fala do personagem Fabiano, tendo por suporte, entre outras ferramentas, a discussão sobre civilizado e incivil supracitada, a fim de melhor compreender estas vertentes nas escolhas linguísticas desse sertanejo. Durante a leitura do romance, é possível acompanhar que Fabiano sofre um processo civilizatório permanente, uma vez que seu avô e seu pai eram caboclos e viveram na mesma condição humana e social, na qual Fabiano vive com sua família: miseráveis, oprimidos e tolerantes com as situações que reforçavam esta identidade.

Fabiano, no entanto, motivado por Sinhá Vitória, esboça, ainda que de forma ponderada, um desejo de mudança ao longo da narrativa, ou seja, um deslocamento da sua zona de conforto num processo, essencialmente, político, uma vez que ele, frente às situações de agenciamento, apesar das suas limitações linguísticas, tem consciência dos moldes em que a sociedade é orquestrada, do lugar que ele ocupa nesse universo, do espaço em que a sociedade lhe coloca e o qual o vaqueiro gostaria de ocupar, portanto, este retirante é um ser crítico e nos atos de fala dele há a presença de política, entre elas, a política linguística.

A fim de defendermos esta afirmação, optamos por estudar um fragmento do capítulo *Fabiano*, trecho este que consiste em um dos momentos solitários do personagem após sua chegada, junto da sua família, à fazenda supostamente abandonada. Com o regresso do proprietário, Fabiano oferece seus serviços em troca de moradia e parte nas vendas da criação e da plantação. Acordo aceito. Feliz com as novas oportunidades e com a vida que poderia proporcionar à família, o vaqueiro em um

monólogo expõe seu caráter dúbio, não menos desordeiro, entre duas identidades: a humana e a animal, com discutido anteriormente.

Nesse momento de *Vidas secas*, Fabiano ora se identifica como um homem, um cidadão com emprego e moradia ora se coloca na condição de bicho sobrevivente da seca que se orgulha da sua resistência animal, a qual lhe mantém vivo. E, para tanto, permanecer como cabra, cuidando das terras alheias, é seu encargo, sua identidade inviolável. Para si, jamais deixaria de ser bicho, porque ele se entende como parte daquele contexto árido que exige força bruta para permanecer vivo, ainda que desejasse ser homem, naquele espaço e nas condições que vive, não seria possível.

Essa ideia pode ser endossada no trecho em que o personagem se refere à educação dos filhos e aos direitos e deveres que eles possuíam naquele momento em que a seca era uma ameaça constante. Por meio do discurso indireto, Fabiano reforça que:

Indispensável os meninos entrarem no bom caminho, saberem cortar mandacaru para o gado, consertar cercas, amansar brabos. Precisavam ser duros, virar tatus. Se não calejassem, teriam o fim de seu Tomás da bolandeira. Coitado. Para que lhe servira tanto livro, tanto jornal? Morrera por causa do estômago doente e das pernas fracas. Um dia... Sim, quando as secas desaparecessem e tudo andasse direito... Seria que as secas iriam desaparecer e tudo andar certo? Não sabia. Seu Tomás da bolandeira é que devia ter lido isso. Livres daquele perigo, os meninos poderiam falar, perguntar, encher-se de caprichos. Agora tinham obrigação de comportar-se como gente da laia deles. (RAMOS, 2011, p.25).

A identidade de Fabiano se constrói a partir da seca e tem as marcas físicas e psicológicas dela, identidade esta inacabada e questionada, permanentemente, pelo caboclo. Segundo suas representações, as quais são possíveis observar no fragmento anterior, ele acredita não ter o direito de assumir outra personalidade que não seja a “de cabra” e, com isto, precisa reafirmar, principalmente para si, sua postura bruta como uma forma de afiançar esta identidade, caracterizando uma escolha, não menos, uma intervenção política centralizada na “atividade explícita e lúcida que diz respeito à instauração das instituições desejáveis” (BAUMAN, 2000, p.90). Em paralelo, há o desejo do vaqueiro de “ser gente” e almejar outras instituições próprias desta condição, estabelecendo, dessa forma, por meio dos seus atos de fala, um processo dúbio entre a identidade de homem e de animal.

Pisou com firmeza no chão gretado, puxou a faca de ponta, esgaravatou as unhas sujas. Tirou do aió um pedaço de fumo, picou-o, fez um cigarro com palha de milho, acendeu-o ao binga, pôs-se a fuma regalado.

- Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a murmurando:

- Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim, senhor, um bicho, capaz de vencer as dificuldades.

Chegara naquela situação medonha – e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

- Um bicho, Fabiano.

Era. Apossara-se da casa porque não tinha onde cair morto, passara uns dias mastigando raiz de imbu e sementes de mucunã. Viera a trovoadas. E, com ela, o fazendeiro, que o expulsava. Fabiano fizera-se desentendido e oferecera os seus préstimos, resmungando, coçando os cotovelos, sorrindo aflito. O jeito que tinha era ficar. E o patrão aceitara-o, entregara-lhe as marcas de ferro. (RAMOS, 2011, p. 18 – 19).

Estes atos de fala se configuram por meio de enunciados performativos. Ao pronunciar em voz alta “Fabiano, você é um homem”, o sertanejo administra seu agenciamento, dentre outras ações, através da seleção e do uso de termos que (re)afirmam sua personalidade como agente sociolinguístico, instituições estas, sociais e linguísticas, que o caboclo deseja alcançar por meio da proximidade com a civilização. Dentro do processo civilizatório, Fabiano se comporta efetivamente como um homem, ou seja, um membro crítico e reflexivo da sociedade e não como um cabra silenciado que somente cuida das terras alheias, munido, sobretudo, pela variedade *de facto* (BAUMAN, 2000).

Além disso, o termo homem carrega consigo inúmeras cargas políticas e reflexões críticas embebidas de simbologias e representações do personagem, do autor e do leitor do romance, as quais dialogam com o intuito de formular sentidos que ultrapassam o significado do código linguístico, reforçando a ideia de performatividade dos atos de fala que atuam na narrativa. Desse modo, é possível compreender que o termo *homem*, utilizado no enunciado do trecho supracitado, nos remete, nesse contexto, entre outras observações, a juízo de valores, à ideia de pertencimento, principalmente, à política e às tarefas contínuas do agente de política linguística.

Além disso, ao entoar “Fabiano, você é um homem”, o sertanejo está reiterando a qualidade de pertencer ao gênero masculino com um ser racional, desenvolvendo, concomitantemente, ações reflexivas e políticas do que se estabelece com a ideia de *homem*, a fim de emergir discussões extralinguísticas que promovem o (re)pensar sobre essa condição humana e sobre as ideias de transdiferença trazidas por ela. Frente a este movimento, o ato de fala de Fabiano não pode ser julgado como verdadeiro ou falso, mas feliz ou infeliz, ou seja, se é condizente ou não com o contexto e as intenções do caboclo naquele determinado instante.

Na mesma perspectiva, pensamos o ato de fala “Você é um bicho, Fabiano”, o qual também produz efeitos no personagem, novamente por meio da política e da reflexão crítica, reafirmando a postura do caboclo como agente de política linguística, ainda que na suposta condição de animal irracional. Ao pronunciar este ato de fala, o vaqueiro retoma, de alguma forma, o modo de vida dele como cidadão e trabalhador, a necessidade de fugas permanentes sem a possibilidade de criar raízes e a inaptidão linguística, numa tentativa de certificar um fato e, ao mesmo tempo, produzir uma ação reflexiva sobre essa qualidade de animal sempre de modo questionador e crítico, imprimindo, em essências, suas tarefas a partir de uma validade *de jure*.

Da mesma forma, compreendemos que, no ato de fala “Você um bicho, Fabiano”, há, acima de tudo, impressa a consciência hegemônica do vaqueiro através da metáfora *bicho*. Fabiano sabe da conjunção de vetores de força estabelecida nos sentidos da vida comum, portanto, ele tem ciência de que a ideia de ser totalmente autônomo caracteriza uma ilusão, entre outros motivos, pela estrutura hegemônica estabelecida pelas agências. A qualidade de *bicho*, portanto, nessa condição se comporta como uma identidade inferior e subalterna a um vertente maior, o discurso hegemônico, ainda que estes não sejam “nem estáticos e nem soberanos sobre os efeitos” (PINTO, 2014, p.60). Para tanto, Fabiano não caracteriza um personagem incivil, ao contrário, como agente de política linguística, ele é capaz de estampar suas políticas e reflexões por meio de agenciamentos que demarcam o processo de civilização o qual o sertanejo vivencia.

Na seleção de um segundo ato de fala do caboclo, buscamos evidenciar, sobretudo, as tarefas e os agenciamentos dele, a fim de pensar sobre o seu processo de civilização e seus questionamentos. O trecho é descrito no capítulo *Contas*, o qual narra as desconfianças de Fabiano sobre a partilha feita pelo patrão sobre os lucros da

fazenda, acordo este estabelecido no momento da contratação do caboclo. Conforme a narrativa:

Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano, e quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia. (RAMOS, 2011, p.94).

Fabiano, ainda que desconfiado, não tem certeza da desonestidade do patrão, dessa forma, sente a necessidade de consultar Sinhá Vitória, a qual “distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizando contas e diminuições” (RAMOS, 2011, p.94), a fim de afirmar que o vaqueiro tem mais direitos nos lucros da fazenda do que julga o proprietário das terras. Ao questionar o patrão, a resposta é habitual: “a diferença era proveniente de juros” (RAMOS, 2011) e se Fabiano não tivesse satisfeito deveria deixar a fazenda junto com a sua família.

Amedrontado, o sertanejo aceita o dinheiro do branco (RAMOS, 2011) e pede-lhe desculpas pelo abuso, no entanto, ainda que na condição de oprimido, ele não deixa de analisar de forma crítica o comportamento do patrão, uma vez que o vaqueiro tem consciência das irregularidades dos lucros, do estabelecimento do poder hegemônico e dos vetores de forças que o norteiam como já mencionamos. De forma desolada, Fabiano deixa a casa do patrão, procurando respostas para o que havia ocorrido, por meio do discurso indireto, ele endossa: “Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria”. (RAMOS, 2011, p. 94).

Por meio de reflexões críticas que endossam seus agenciamentos, o caboclo afirma as injustiças do trabalho escravo que desempenha na fazenda, principalmente, por causa da exploração salarial e das condições de trabalho: sem registro ou qualquer forma de documentação que assegure os direitos e os deveres do seu ofício, neste caso, a hegemonia estabelecida pela legislação, de alguma forma, garante a Fabiano um modo de emancipação, por conseguinte, de segurança, mas ele não consegue e mantém o emprego sobre as ameaças do branco. No trecho, esta liberdade, metaforicamente, é dada através da carta de alforria numa relação intrínseca entre o escravo e o seu desejo emancipatório.

No entanto, Fabiano, conforme as partilhas realizadas pelo patrão, jamais teria condições de galgar sua alforria, apenas vivendo e trabalhando como escravo em troca,

exclusivamente, de moradia e de alimento que era produzido na terra. O caboclo, consciente da hierarquia estabelecida entre “aquele que obedece” e “aquele que manda”, ou seja, empregado e empregador, em paralelo, opressor e oprimido, desenvolve seus atos de fala a partir de uma visão ampla no que concerne à sociedade, ao poder hegemônico, à ética, entre outras esferas, que permeiam o convívio coletivo e a individualidade do agente de política linguística frente ao processo civilizatório.

Dessa forma, consideramos esse último ato de fala, além de performativo, ilocucionário, uma vez que Fabiano enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, se coloca de forma crítica e reflexiva sobre as ações do patrão. Novamente, o vaqueiro estabelece um discurso e age diante dele num movimento de (re)pensar e (re)organizar suas ideias e seus agenciamentos. Ao se perguntar: “Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforro!”, ele busca respostas a partir das suas representações e das suas tarefas inacabadas do que considera como certo e errado e, acima de tudo, como seria a forma prudente de se comportar frente àquela situação, a qual não lhe parecia coerente.

O vaqueiro, comprometido com essa tarefa, administra agenciamentos, de certa forma, emancipatórios através dos atos de fala dele, pois ele não aceita inerte as condições dadas pelo branco, ao contrário, as questiona e reflete sobre os vetores de forças impressos na vida em comum, a fim de tentar atuar sobre essas forças, ainda que seja silenciando-se, o que também não deixa de ser um ato de fala, de produzir efeitos nos agentes linguísticos envolvidos no contexto. Em paralelo, o vaqueiro tem consciência da hegemonia do patrão e da situação em que se encontra com a família, de modo que somente lhe resta “baixar a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra, largar-se-ia com a mulher, os filhos pequenos e cacarecos. Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos? Tinha nada!” (RAMOS, 2011, p.96).

Subsequente ao estudo de duas passagens do romance *Vidas secas* em que nos preocupamos, sobretudo, com os agenciamentos que permeiam os atos de fala do personagem Fabiano, considerando o viés político e as reflexões críticas do caboclo, foi possível apurar que a opressão social e a inaptidão linguística dele não deixou à margem suas ideias de emancipação humana, tampouco, suas representações e desejo sobre as instituições desejáveis, reafirmando sua identificação com a civilização e a política, entre elas, a política linguística, a qual perpassou todos os agenciamentos do vaqueiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como compromisso pensar sobre a vida em comum a partir de perspectivas que fossem além das identidades, se propondo a observar o que estava entre os espaços dos estudos da epistemologia numa ótica híbrida no que concerne aos conhecimentos sobre a relação entre língua e sociedade. De caráter teórico-metodológico, reforçamos que a pesquisa em questão buscou com que a necessidade ética de construir reflexões prevalecesse, que imaginassem diferentes formas de trilhar caminhos epistemológicos já conhecidos pela ciência da linguagem.

Com isso, também reiteramos que vimos, neste estudo, a literatura como um sistema social, assim como transformador de relevante complexidade que nos permite expandir as nossas fronteiras intelectuais para além da ficção e da teoria, sendo possível pensar de modo crítico sobre a vida em sociedade a partir de um texto literário numa vivência da alteridade e evolução contínua tanto do leitor/pesquisador quanto da comunidade, sem deixar à margem a ideia de que vivemos em uma sociedade perene que cada vez mais aumenta a ocupação de espaços inter e transdisciplinares, os quais exigem, sobretudo das sociedades acadêmicas, maiores apostas no emergente, no contingente, nas opacidades, nas opacidades, nas ambiguidades e no performativo (LOPES; BASTOS, 2010).

Como mencionado no corpo teórico da pesquisa, torna-se válido, portanto, a necessidade de revisões do próprio instrumental teórico para que sejam visíveis as modificações nas diversas esferas que compõem o universo social, entre elas a linguística e a política, a fim de tentar enxergar fenômenos complexos do mundo contemporâneo sem desqualificar as estradas percorridas. Diante da metodologia escolhida, esta pesquisa caracterizou tarefas inacabadas (BAUMAN, 2000) de se pensar política linguística e agenciamentos a partir de atos de fala, principalmente, registrados em texto literário, que permite múltiplas compreensões e análises críticas, entre outras razões, pelo seu caráter documental.

Nesse sentido, ao retomarmos as discussões propostas, compreendemos que atingimos o objetivo norteador deste estudo de refletir sobre alguns aspectos de política linguística que podem permear os atos de fala do romance *Vidas secas*, aprimorando as abordagens que se referem à política linguística e aos agenciamentos a partir de uma proposta de estudo de um clássico da literatura nacional. Nas nossas perspectivas, alcançamos esse objetivo no instante em que compreendemos que o conceito de política

se instala na ordem dos conflitos e das diferenças por meio da linguagem do agente social.

A partir dessas duas ferramentas, política e linguagem, o agente “cria” seus conceitos e constrói “sua” própria filosofia (HARDY-VALLÉE, 2013) sobre a vida em comum, princípio este que, de acordo com a pesquisa realizada, pode ser desenvolvido em *Vidas secas* a favor das evoluções dos personagens, inclusive do aperfeiçoamento do processo de civilização deles, a fim de evidenciar as revisões inacabadas das tarefas (BAUMAN, 2000) e a presença do conceito de transdiferença (OLINTO, 2010) atuante nos atos de fala dos caboclos do romance. Essas revisões e este conceito proporcionam à família reflexões contínuas sobre a vida em comum, inclusive sobre as funções e a importância das diferenças dentro do universo social.

Pela ótica da transdiferença, Fabiano e a família dele, ao longo da narrativa, têm, de forma gradativa, consciência e assumem que eles não vivem numa realidade única e possuem somente uma identidade, mas vivem em uma diversidade de realidades, as quais permitem que eles transitem e administrem múltiplos territórios e identidades, conforme as necessidades deles, sem se sentirem marginalizados, tampouco, “bichos”. E, a partir das observações desta pesquisa, compreendemos que os retirantes do romance em nenhum momento desejam excluir alguma das identidades deles, mas, sim, buscam agregar outras identidades e atingir diferentes territórios, que marquem as suas posições na sociedade como agentes de política linguística capazes de se autoafirmar por meio dos agenciamentos que se constroem na política linguística.

Nesse sentido, a política linguística percorre os agenciamentos e vice-versa, tanto por caracterizar uma ferramenta intrínseca ao agente de política linguística, que é aperfeiçoada processual e permanentemente por meio dos atos de fala quanto por corresponder a uma atividade nem sempre explícita e lúcida desse agente, semelhante a todo exercício político, como observamos em *Vidas secas*: a) o desejo dos personagens em ler e escrever; b) as tentativas de contar histórias do Fabiano e os meninos atentos às palavras do pai; c) ser capaz de se defender contra as injustiças políticas e sociais; d) ser visto como “gente”; d) o desejo do Menino mais novo de ser vaqueiro como o pai; e) o sonho de Sinhá Vitória da aquisição da cama de couro, sobretudo, a ideia de pertencimento a territórios diferentes e variados; f) os conflitos identitários de Fabiano de ser “bicho” ou “homem”; etc. Tais questões precisam de comunicações constantes entre as questões linguísticas, sociopolíticas, culturais, histórias, entre outras, que

formam os agentes de política linguística, num movimento inter e transdisciplinar exposto pelos conceitos de transdiferença.

Diante desta pesquisa realizada, os agenciamentos, como uma atividade nutrida pelas diferenças de sentidos, podem ser administrados por Fabiano e sua família de um modo favorável às representações e à política linguística, a fim de manter as funções das múltiplas identidade dos caboclos, sobretudo, pelas lentes da transdiferença. No caso de Sinhá Vitória, por exemplo, a identidade como agente de política linguística dela girava, principalmente, em torno da posse de uma cama de couro, a qual ia além de um interesse material, perpassando a ideia de pertencimento a um lugar e distanciamento das práticas nômades, acima de tudo, ela almejava viver “como gente” e possuir condições humanas de vivência.

Além disso, a sertaneja desejava a posse da linguagem, principalmente, para os filhos, vislumbrando seguir o modelo de Seu Tomás da Bolandeira, que tinha a posse do objeto e da linguagem. Em contrapartida, de acordo com os nossos estudos, Sinhá Vitória não busca deixar de ser sertaneja, cabocla mãe de dois filhos, mulher do vaqueiro Fabiano, entre outras identidades, ao contrário, ela almeja agregar outras possíveis identidades que lhe permita sair da condição de miserável, conquistando, desta forma, novos territórios. Dotada deste mesmo desejo para os filhos, reiteramos que ela tenta convencer Fabiano da importância de uma nova fuga, agora para um lugar em que eles possam ter maior qualidade de vida e oportunidades de se sentirem, em efetivo, parte de uma sociedade.

Dessa forma, retomamos a possível presença da política linguística nos atos de fala da sertaneja, uma vez que, por meio da linguagem, ela não somente tentava agir (AHEARN, 2000) em relação à vida em sociedade, mas procurava se posicionar a partir do cumprimento das tarefas (BAUMAN, 2000) e buscava se emancipar da escassez e da instabilidade do sertão, tendo como aliados agenciamentos transgressores que procuravam garantir os interesses da família. A política linguística, portanto, impressa nos atos de fala de Sinhá Vitória, assim como nos atos de fala de todos os outros personagens do romance, segundo os nossos estudos, não se limita à competência linguística, ao contrário, envolve, concomitantemente, todas as reflexões que essa política carregava consigo.

Fabiano também sustentava as políticas dele a partir do desejo de “ser gente” e de usufruir dos benefícios próprios desta condição, por exemplo, a habilidade linguística e o respeito social sem deixar à margem a tradição, dados estes que, conforme os nossos

estudos, podem garantir a possibilidade da presença da política linguística nos atos de fala do caboclo. Nesse sentido, retomamos que a inaptidão linguística de Fabiano, diante dessa pesquisa, não poderia ser fator primordial da condição de oprimido dele, mas as consequências dessa incapacidade, as quais geravam outros desafios de cunho social e reforçavam os conflitos, internos e externos, protagonizados pelo vaqueiro.

Com a postura de agente de política linguística semelhante aos pais, o Menino mais velho também estabelece o conceito de transdiferença nos atos de fala em torno do desejo da aptidão linguística, com o intuito de alcançar a liberdade através do aperfeiçoamento da linguagem. Esse interesse do personagem, de acordo com a pesquisa realizada, provocou evoluções pontuais e, talvez, avanços no processo de civilização dele, uma vez que até conhecer a palavra “inferno”, por exemplo, ele somente balbuciava e reproduzia sons, como o irmão.

Ao mesmo tempo, retomamos a ideia de que a identidade de agente de política linguística do Menino mais velho também possibilitou o progresso dos pais, os quais, ao serem questionados sobre o sentido do termo referido, tiveram que (re)pensar sobre as representações deles num movimento de reflexão crítica, a fim de exercer as suas tarefas e, assim, desenvolverem os atos de fala diante daquela situação, ainda que fosse por meio do silêncio como fez Fabiano ou reforçando a subjetividade da palavra e agredindo ao filho como fez Sinhá Vitória.

Em contrapartida, os agenciamentos estabelecidos pelo Menino mais novo foram, sobretudo, na direção das transdiferenças que garantissem a vontade dele de ser como o pai: homem da terra e vaqueiro de profissão, e, para isso, o personagem compreendia que deveria expor as capacidades que ele possuía, ou seja, “precisava mostrar que podia ser Fabiano” (RAMOS, 2011). Dessa forma, os atos de fala dele reproduziam a admiração pelo pai e pela tradição cabocla que este tentava manter, informação esta que também garante, segundo os nossos estudos, a possível presença da política linguística nos atos de fala desse personagem, a fim de expor que outras discussões estavam imersas nos agenciamentos dele, além das questões de linguagem.

A partir dos apontamentos sobre as transdiferenças presentes nos atos de fala dos personagens do romance, retomamos que os agenciamentos ministrados por essa família reforçam a ordem dos conflitos e das diferenças presentes no conceito de política mencionado anteriormente, e reiteram que a política linguística pode ser uma ferramenta por meio da qual o agente constrói seus conceitos e desenvolve as próprias filosofias num processo de evolução permanente. Estas questões levantadas reiteram a ideia de

que *Vidas secas* pode corresponder, acima de tudo, a uma ficção sobre a descoberta da linguagem em que, por meio dos atos de fala, os personagens são capazes de organizarem as políticas e as tarefas deles, a fim de resultarem em ações e, conseqüentemente, em progressos constantes que os aproximaram da civilização.

Diante disso, corroboramos a hipótese do trabalho, a qual acredita que, na medida em que os personagens descobrem a linguagem no decorrer da narrativa, nós como leitores e pesquisadores da obra (re)descobrimos outras reflexões linguísticas, as quais são reiteradas pelos atos de fala da família, nos possibilitando pensar que a linguagem, portanto, pode ser vista nesse romance como a capacidade humana de agir (AHEARN, 2000, tradução nossa) dos personagens a partir de reflexões permanentes deles sobre a vida em sociedade e o discurso hegemônico (PINTO, 2014).

A partir deste princípio, retomamos que Fabiano e sua família podem ser observados como agentes de política linguística que estão imersos em agências sistematicamente hegemônicas, representadas na ficção, sobretudo, pelo Soldado Amarelo e pelo patrão, semelhante a todos os agentes oprimidos ou não, o que lhes impede de serem autônomos absolutos (BAUMAN, 2000) ou de estabelecerem agenciamentos exclusivamente emancipatórios. Com isto, recuperamos que a ideia de liberdade dos personagens de *Vidas secas*, seja por meio do prestígio linguístico ou do social, pode ser um engodo, uma vez que tanto o contexto linguístico quanto o social são ministrados por agências hegemônicas, as quais podem ser garantidas através do consentimento ou da repressão dos agentes, no entanto, não os impedem de estabelecerem as tarefas e as reflexões críticas deles.

No romance, por exemplo, após as injúrias e as agressões sofridas na prisão, Fabiano tem dúvidas sobre os seus direitos de se opor ao governo e pensa nas conseqüências para a sua família das escolhas e das atitudes que tomar em relação a essa supremacia. O vaqueiro, amedrontado, reflete sobre os agenciamentos e as tarefas dele, nesta situação seguinte a prisão, a partir da repressão do poder hegemônico e não do consentimento (PINTO, 2014). Ou seja, ainda que Fabiano não concordasse com os princípios ministrados por esse poder, ele permaneceu em silêncio, mas isto não caracteriza que o vaqueiro não praticou uma ação, tampouco, deixou de estabelecer as tarefas dele.

Ao contrário, de acordo com a pesquisa realizada, o caboclo se comportou como um agente social que, embora oprimido e excluído pela sociedade, faz parte de uma estrutura comum maior que norteia os agenciamentos: as agências. Nesse sentido,

podemos retomar duas ideias apresentadas por Ahearn (2000), sendo elas: a) as ações das pessoas influenciam e são influenciadas por maiores estruturas sociais e políticas; b) as ações são, quase sempre, social, cultural e linguisticamente restritas, reforçando a hipótese defendida neste trabalho de que não há agentes sociolinguísticos autônomos absolutos ou agenciamentos permanentemente emancipatórios.

Em relação ao desejo de Sinhá Vitória de que os filhos tenham acesso à escola e conheçam informações diferentes das ofertadas na fazenda, como a aptidão linguística para terem os direitos validados, sobretudo, para serem socialmente respeitados, retomamos que caracteriza uma política voltada ao consentimento sobre o discurso hegemônico, no entanto, novamente por meio de reflexões apuradas, as quais percorrem as questões de política linguística e não se restringem ao espaço da repressão como no exemplo anterior. Nessa situação, o poder hegemônico (PINTO, 2014) no que corresponde à relação entre linguagem e sociedade pode vir a favor dos personagens, Menino mais novo e Menino mais velho, como um dos fatores para evolução deles, primordialmente, no processo de civilização.

Dessa forma, segundo os nossos estudos, os atos de fala, portanto, podem possuir funções políticas que os tornam elementos diferenciadores, principalmente, pelo fato de que as palavras não se restringem à descrição de coisas e eventos, mas de como a língua é usada e de como age com a linguagem (MELO, 2014). Reiteramos, portanto, que, quando falamos, estamos produzindo efeitos, os quais são ministrados pelos agentes linguísticos e os agenciamentos deles através de uma língua em trânsito. Estes efeitos também resultam em ações práticas, a fim de tornarem verdades por meio de discursos permanentemente repetidos como, por exemplo, vimos em *Vidas secas* no trecho em que Fabiano, em conflito com as identidades de homem e animal, repete “*Fabiano, você é um homem*” e “*Você é um bicho, Fabiano*”, a fim de estabelecer as tarefas dele e, de alguma forma, se identificar numa estrutura social maior do que a fazenda, o sertão.

Concomitantemente, retomamos que, a partir da visão performativa da linguagem, não há como desvincular os elementos linguísticos do agente sociolinguístico, entre outras razões, por compreendermos que as percepções humanas não se separam das políticas e das reflexões críticas dos agentes. Ou seja, talvez sem considerarmos os agenciamentos, os atos de fala, as políticas e as tarefas administradas pelo vaqueiro e a família dele dentro do romance, não seria possível conhecermos as

propostas de desconstrução da narrativa, tampouco, a essência de documento de denúncia social que *Vidas secas* possui.

A partir dos estudos de *Vidas secas*, assim como de outras obras de Graciliano como *Infância* e *Memórias do Cárcere*, reiteramos que este ficcionista possui uma consciência sociológica que garante a identidade política dele, principalmente, pelo motivo de produzir textos literários concentrados em exercícios contínuos de (re)formulação ao longo do tempo num viés da reflexão crítica, a fim de evidenciar as preocupações dele com as vicissitudes da humanidade sem se curvar, passiva e absolutamente, às pressões do mundo.

Diante da pesquisa realizada, assim como em *Vidas secas* e em outros romances publicados por ele, Graciliano pode ser um agente político por conseguir administrar as tarefas com o intuito de atingir e lapidar as instituições desejáveis dele por meio da escrita literária, iniciativa esta que, diante do trabalho realizado, produz literaturas crenes nas palavras, nas escolas, nas revisões ortográficas, nas classes operárias e nas classes marginalizadas, num processo de estruturação das linguagens para a edificação das relações, tornando a linguagem e o agente linguístico um elemento único. Por conseguinte, estabelecem personagens em processo constante de civilização que se comportam como agentes sociolinguísticos deslocados das zonas de confortos e dos assujeitamentos passivos sobre o poder e o discurso hegemônico.

Reiteramos também que um dos fatores fundamentais dos agenciamentos de Graciliano, dentro e fora dos romances, pode ser as tarefas (BAUMAN, 2000) e as reflexões críticas do ficcionista, pautadas na variedade *de facto* e *de jure*, sendo um dos dados que tornaram os textos deste ficcionista clássicos da literatura. De acordo com os nossos estudos, podemos considerar Graciliano Ramos como um clássico literário, entre outras razões, por corresponder às obras que não têm a ver com tempo cronológico, mas com as relações das identidades humanas, a fim de construir diálogos perenes com o contemporâneo e sempre possuir informações inéditas a serem dadas ao leitor na (re)leitura (CALVINO, 1961).

Além disso, esse romancista pode ser visto como um clássico literário pelo caráter híbrido dele de transitar entre a língua portuguesa clássica dos poetas parnasianos e a estética linguística dos modernistas com a defesa da língua brasileira carnalizada, a fim de estabelecer uma linguagem gramaticalmente válida que caminha entre o erudito e o moderno sem desconsiderar as marcas identitárias de um povo ou de uma classe social, informação esta que pode reiterar a compreensão sobre a consciência

sociológica de Graciliano e a preocupação dele com as evoluções humanas, propondo a literatura como uma ferramenta transformadora.

Como resultado desta pesquisa, compreendemos, sobretudo, que “a linguagem tem, em acréscimo a tudo que se acredita que ela tem, uma dimensão política” (RAJAGOPALAN, 2014) em uma perspectiva emancipatória ou não. Dessa forma, retomamos que foi possível observar Fabiano e a família dele como agentes linguísticos, gestores de agenciamentos sustentados na reflexão crítica e no estabelecimento das tarefas, tornando-os agentes em processo de civilização, primordialmente, pela capacidade de autoconhecimento e conhecimento social deles, a fim de evidenciar que as estruturas sociais e a relação dialética foram os elementos fundamentais para o desenvolvimento da discussão proposta.

Frente a isto, ressaltamos que não tivemos o intuito de apresentar um trabalho acabado e irrevogável, ao contrário, procuramos apresentar um estudo aberto às novas considerações e diferentes possibilidades de análises sobre o *corpus*. Tentamos, portanto, desenvolver as nossas abordagens a partir das suposições sobre a personalidade, o desejo e a intencionalidade dos personagens reais ou fictícios apresentados no trabalho, considerando-os como agentes sociolinguísticos em processo evolutivo, endossado pela política e a criticidade deles e nossas como leitor/pesquisador de *Vidas secas*, a partir de conceitos e tarefas, permanentemente, inacabados.

Destacamos que a presente pesquisa faz parte dos trabalhos desenvolvidos no Programa de Mestrado em *Linguagem, Identidade e Subjetividade* da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao qual agradecemos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E.A.A; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AHEARN, Laura M..Agency. **Journal Of Linguistic Anthropology**, South Carolina, v. 9, p.12-15, 2000.

ASAD, Talal. Agency and Pain: an exploration. **Culture And Religion: An Interdisciplinary Journal**, New York, v. 1, n. 1, p.29-60, maio 2000.

AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**. São Paulo: Ática, 2007.

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001. p. 50-81.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. A última palavra – e ela pertence à liberdade. In: **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli; revisão técnica de Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.246-257.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Org.). **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Usp, 2008.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial/IPOL, 2007.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1961.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e Confissão**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.

CORREA, Djane Antonucci. **Política linguística e ensino de língua**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

CULLER, Jonathan. A Desconstrução. In: **Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Tradução de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos tempos, 1997, p.99-127.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

LIMA, Marcos Hideni. **Mulheres de Graciliano Ramos**. Londrina: Eduel, 2012.

LEEZENBERG, Michiel. Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega como conversação impolida. In: SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N.. **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 43-66.

LOPES, Adriana Carvalho. Pragmática engajada: performances de resistência no funk carioca. In: SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N.. **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 231-258.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral Bastos. **A experiência identitária na lógica dos fluxos: uma lente para se compreender a vida social**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MARIANI, Bethania. A redação do código civil: polêmica linguística, jurídica ou política? In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

MELO, Sandra Helena Dias de. Pragmática e educação: um olhar sobre documentos oficiais e seus atos de fala. In: CORREA, Djane Antonucci. **Política linguística e ensino de língua**. Campinas: Pontes, 2014. p. 83-98.

MORAES, Dênis. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETO, Miguel Sanches. **A descoberta da linguagem**. São Paulo: Entrelivros, 2006.

NORBERT, Elias. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística na e para além da educação formal. **Estudos Linguísticos**, Florianópolis, p.87-94, 2005.

_____. **Declaração universal dos direitos linguísticos** – novas perspectivas em políticas linguísticas. Florianópolis: Mercado das letras, 2003.

OLINTO, Heidrun Krieger. **Construção identitária na ótica da transdiferença**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

OTTONI, Paulo Roberto. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística**: domínio e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2006. p. 47-68.

PINTO, Joana Plaza. **Hegemonias, contradições e desafios em discursos sobre língua no Brasil**. In: Djane Antonucci Correa. (Org.). **Política Linguística e ensino de línguas**. 1ed.Campinas, SP: Pontes Editores, 2014, v. , p. 59-72.

PRIBERAM DICIONÁRIO (Brasil) (Org.). **Conceito**. 2014. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/conceito>>. Acesso em: 08 out. 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A linguística que nos faz falhar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Política linguística: do que é que se trata, afinal?**. In: Nicolaidese, Christine; Silva, Kleber Aparecido da; Tilio, Rogério; Rocha, Hilsdorf Claudia (Orgs.). (Org.). **Política e Políticas Linguísticas**. 1ed.Campinas, SP: Pontes/ALAB, 2013, v. 1, p. 19-42.

_____. **O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país.** In: Djane Antonucci Correa. (Org.). *Política Linguística e Ensino de Língua*. 00ed.Campinas - SP: Pontes, 2014, v. 1, p. 73-82.

SANDRINI, Elizabete Gerlânia Caron. **A saga severina das Vidas secas de Graciliano Ramos: busca identitária em situação diaspórica.** *Ciências & Letras*, Porto Alegre, v. 50, n. 00, p.51-66, jul. 2011.

_____. *Política linguística: do que é que se trata, afinal?* In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e políticas linguísticas.** Campinas: Pontes, 2013.

_____. *Da arrogância cartesiana à "nova pragmática".* In: SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Org.). **Nova pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 11-14.

_____. *O professor de línguas e a sua importância do seu entrosamento na política linguística do seu país.* In: CORREA, Djane Antonucci. **Política linguística e ensino de língua.** Campinas: Pontes, 2014. p. 73-82.

RAMOS, Graciliano. **Infância.** Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. **Memórias do Cárcere.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **São Bernardo.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAPOSO, Carlos. **Política, ciência política e filosofia política: conceitos básicos.** 2012. Disponível em: <<http://scribatus.wordpress.com/2012/06/18/politica/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SARTRE, Jean Paul. **O que é literatura?** São Paulo: Ática, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Daniel do Nascimento e; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. *Violência e significação: uma perspectiva pragmática.* In: SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N.. **Nova pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 259-286.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Daniella. **Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009, Curitiba. IX Congresso Nacional de Educação. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 4554 - 4566.

SILVA, Rosa Virgínia Matos. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

TERRA. **Letras.mus.br.** 2014. Disponível em: <<http://letras.mus.br/mc-marcinho/295798/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.